

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FÁBIO GUILHERME COLOMBO

**O DESENVOLVIMENTO CHINÊS NOS SÉCULOS XX E XXI: O CONSENSO DE
PEQUIM**

**Florianópolis,
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Colombo, Fábio Guilherme
O Desenvolvimento Chinês nos Séculos XX e XXI : O
Consenso de Pequim / Fábio Guilherme Colombo ;
orientadora, Patrícia Fonseca Arienti, 2018.
60 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. China. 3.
Desenvolvimento. 4. Economia Política Internacional. 5.
Consenso de Pequim. I. Arienti, Patrícia Fonseca . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Relações Internacionais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DISCIPLINA MONOGRAFIA – CNM 5240**

FÁBIO GUILHERME COLOMBO

**O DESENVOLVIMENTO CHINÊS NOS SÉCULOS XX E XXI: O
CONSENSO DE PEQUIM**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Relações Internacionais do Centro Sócio-
Econômico da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito para obtenção do
Título de Bacharel em Relações Internacionais
Orientador: Prof. Dr. Patrícia Fonseca Arienti

Florianópolis,

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,50 ao aluno Fábio Guilherme Colombo na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Patrícia Fonseca Arienti

Prof. Dra. Brena Paula Magno Fernandez

Prof. Dr. Wolney Roberto Carvalho

*Dedico essa monografia a meus pais, que são
a razão pela qual minha vida tem sido feita de
pontos mais altos que baixos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, que me forneceram toda a estrutura e oportunidade para atingir essa conquista.

Em segundo lugar, a Larissa, companheira que compreendeu os desafios inerentes à confecção de uma monografia e me deu o amparo afetivo e emocional necessário para a superação desta etapa da Graduação.

Agradeço à minha irmã, Fabiana, que me auxiliou na formatação do trabalho de acordo com a ABNT e, é claro, por ser uma pessoa maravilhosa.

Agradeço também à Patrícia Fonseca Arienti, professora e orientadora com didática excepcional que fez com que eu me sentisse capaz de realizar a tarefa proposta.

A meus amigos mais próximos com os quais passei por momentos inesquecíveis durante todo o curso, e cuja amizade permanecerá no coração.

Agradeço, por fim, a todo o corpo docente do curso de Relações Internacionais da UFSC: sem o conhecimento que vocês compartilharam incansavelmente durante as diversas aulas, não haveria desenvolvido a percepção crítica necessária para a análise proposta.

RESUMO

A presente monografia tem como temática o desenvolvimento chinês contemporâneo. O objetivo principal é explicar os fundamentos responsáveis pelo sucesso da China em seu desenvolvimento, ressaltando suas especificidades. Para tal, foi utilizado arcabouço teórico baseado na Economia Política Internacional, principalmente no que tange o desenvolvimento. Entende-se que o conjunto de estratégias utilizadas para o desenvolvimento chinês tem sido denominado de Consenso de Pequim. Verificou-se que, assim como o Consenso de Washington, esse modelo não pode ser exportado e aplicado a todos os países em condições semelhantes às chinesas.

Palavras-chave: China. Desenvolvimento. Economia Política Internacional. Consenso de Pequim.

ABSTRACT

The final paper herein studies contemporary Chinese development. The main objective is to explain the main factors responsible for China's success in its development, denoting its specificities. For that purpose, a theoretical framework based on International Political Economy was used, mainly that which refers to development. It is understood that the set of strategies used on achieving Chinese development is named Beijing Consensus. It was verified that, just as the Washington Consensus, this model cannot be exported and applied to every other country with similar conditions to those of the Chinese.

Keywords: China. Development. International Political Economy. Beijing Consensus.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA E INDÚSTRIA NO PIB CHINÊS NO PERÍODO 1952-1978 (%)	32
TABELA 2 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB DOS BRICS (%) (VALORES REAIS)..	40

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA CHINÊS (1978 - 2017, EM US\$) (VALORES REAIS)	45
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO IDH DA CHINA (1990 – 2017).....	46
GRÁFICO 3 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO ENTRE PESSOAS COM MAIS DE 15 ANOS (1978 – 2016) (%).....	47
GRÁFICO 4 - GASTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) COMO % DO PIB (1978 – 2014)	48
GRÁFICO 5 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA NA CHINA (1968 – 2017) (%)	50
GRÁFICO 6 - RESERVAS INTERNACIONAIS DA CHINA (EM TRILHÕES DE US\$) – VALORES REAIS	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Objetivo Geral.....	12
1.2 Objetivos Específicos	13
1.3 Metodologia	13
1.3 Estrutura	14
2 UMA BREVE INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL	15
2.1 Desenvolvimento econômico <i>mainstream</i> – crescimento e industrialização	16
2.2 O subdesenvolvimento como a outra face do desenvolvimento.....	19
2.4 Os Problemas do Processo de Substituição de Importações e o Surgimento do Consenso de Washington.....	21
2.5 Crescimento X Desenvolvimento	24
3 AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO CHINESAS APÓS A REVOLUÇÃO COMUNISTA DE 1949.....	26
3.1 O desenvolvimento sob o regime de Mao Tsé-Tung	28
3.2 A política de Portas Abertas de Deng Xiaoping e a mudança de rumo da China	33
4 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS APÓS AS REFORMAS E SEUS RESULTADOS.....	37
4.1 O Consenso de Pequim	37
4.2. A colheita: os resultados da aplicação do Consenso de Pequim pela China	44
4.3 Um modelo não-reprodutível.....	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX e início do novo milênio, o mundo se tornou mais interconectado econômica e politicamente. As ações de um Estado reverberam nos demais quer se tenha ou não intenção. Por exemplo, a elevação das tarifas do aço e alumínio importado para 25% nos Estados Unidos no primeiro semestre de 2018 (CONCA, 2018) altera os resultados econômicos dos Estados produtores desses materiais que exportam para esse agente.

Essa reverberação da política interna no meio externo se manifesta não somente quando se há elevação de tarifas unilateralmente, mas também quando se trata de finanças. A partir da segunda metade do século XX, houve início de um processo de modificação do regime de acumulação dos Estados nacionais – isto é, como se obtém recursos para fomentar a economia – que passou a ser orientado pela esfera financeira, em vez de produtiva, do capital. Dessa forma, o desenvolvimento dos Estados em matéria econômica passava a depender do capital financeiro, por natureza internacionalizado. Isso minou a capacidade do Estado de agir livremente no que concerne a política econômica.

A hipótese acima pode ser ilustrada com outro acontecimento marcante no mundo: após o choque de petróleo de 1979, os Estados Unidos modificaram sua taxa de juros de 12% para 20% ao ano (JULIÃO, 2016). Além de estimular a migração de capital para o país, a medida também afetou fulminantemente os países da América Latina, que por utilizarem estratégia de crescimento por meio de endividamento externo, tiveram suas dívidas reajustadas de acordo com a taxa mais elevada, obrigando-os a não pagar os débitos ou até mesmo declarar moratória. Isso gerou desconfiança por parte dos investidores internacionais e acentuou a retirada do capital de países como Brasil, México e Argentina.

Apesar disso, há nações que parecem estar imunes ao impacto dessa constante interconectividade. Aparentemente intocável aos aspectos negativos da globalização, está a China: multiplicou em quase 50 vezes seu Produto Interno Bruto (PIB) de 92 bilhões de dólares em 1970, alcançando em 2008 a quantia de 4,5 trilhões de dólares. O objeto de estudo desta monografia é entender o modelo de desenvolvimento da China para compreender sua ascensão ao posto de segunda maior economia mundial.

É muito comum estudar-se o Consenso de Washington na área de Economia Política Internacional: pode ser resumido por um conjunto de práticas, medidas e estratégias que os países em desenvolvimento deveriam adotar para alcançar os patamares dos países desenvolvidos. Popular e controverso, o Consenso de Washington consistia em uma série de

estratégias para que os países em latino-americanos conseguissem superar a crise de dívida externa e inflação crescente. Foi criticado por promover medidas demasiado simplistas, anacrônicas e propositalmente ineficientes para a resolução do problema do subdesenvolvimento.

De modo a superar os problemas de um país, é preciso entender sua trajetória no sistema internacional e seu desenvolvimento social a partir de uma análise de suas especificidades. Levando-se essa necessidade em consideração, segundo Ramo (2004), a China optou por uma estratégia de desenvolvimento diferente daquela proposta por Washington para outros países em desenvolvimento a partir do final da década de 1990: composto por três eixos – inovação, controle de instabilidade e autodeterminação –, o Consenso de Pequim¹ é a denominação dada à tática chinesa para melhorar a economia de seu país e obter destaque comercial e político no mundo.

O crescimento econômico exponencial da China é um fenômeno singular na economia mundial: no início da década de 1970 possuía um PIB de 92.603 bilhões de dólares e, em 2008, multiplicara esse valor em quase 50 vezes, totalizando 4.598 trilhões de dólares². Esse desempenho coloca a China em um patamar de destaque no sistema internacional – as taxas de crescimento são as maiores do mundo desde a abertura comercial no final da década de 1970 e início de 1980 (LEITE, 2011).

Considerando a interdependência crescente e a sua aparente não influência no que concerne o Estado chinês e a existência de uma lacuna no estudo do desenvolvimento da China sob uma perspectiva internacionalista na academia brasileira, esta monografia foi planejada. Nas subseções seguintes discorrer-se-á acerca dos objetivos – geral e específicos – e a estrutura da obra.

1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é explicar os fundamentos do modelo de desenvolvimento chinês entre os anos 1970 e 2008, definido, por diversos autores, dentre os quais destacam-se Ramo (2004) e Li, Brødsgaard e Jacobsen (2010), como Consenso de Pequim, ressaltando as suas especificidades.

¹ Por que Consenso? Isso será explicado mais adiante neste capítulo.

² Dados do World Data Bank.

1.2 Objetivos Específicos

Para se alcançar o objetivo geral proposto, elencam-se três objetivos específicos:

1. elaborar um breve histórico político e econômico da China para que se possa compreender o contexto interno em que a estratégia de desenvolvimento se insere;
2. identificar os pressupostos que regem o modelo de desenvolvimento chinês;
3. Verificar se o Consenso de Pequim é reproduzível em outros países ou só pode ocorrer na China, devido a suas características intrínsecas.

1.3 Metodologia

Esta seção busca esclarecer o método de estudo utilizado no trabalho. A importância da utilização de um método confiável é garantir a veracidade e confiabilidade do conhecimento obtido por meio da pesquisa.

Esta monografia usa a pesquisa como método para consecução dos objetivos expostos. Segundo Gil (2008, p.17), a pesquisa é

[...] procedimento racional e sistemático que tem por objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

No caso deste trabalho, a pesquisa será exploratória explicativa. De modo a compreender os fundamentos do modelo de desenvolvimento chinês, realizou-se pesquisa em fontes secundárias, como artigos em periódicos e capítulos de livro. O autor não efetivou pesquisa em fontes primárias, como documentos oficiais, devido à existência de forte censura no país objeto de estudo deste trabalho.

Para Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa explicativa é utilizada quando se tem o intuito de explicar as razões pelas quais um determinado fenômeno ocorre. No caso desta monografia, busca-se entender e apresentar razões que justifiquem o desenvolvimento chinês. Para tal, utilizam-se autores cujas conclusões são fundamentadas a partir do campo da Economia Política Internacional, sobretudo no que se refere à temática do desenvolvimento econômico.

1.3 Estrutura

A monografia será dividida em cinco capítulos. O primeiro introduz o tema e os objetivos propostos. O segundo capítulo se destina a uma breve revisão bibliográfica acerca das principais teorias de desenvolvimento econômico que podem ser utilizadas para explicar o desenvolvimento chinês. O terceiro descreve breve histórico contemporâneo da China. O quarto expõe os fundamentos do modelo de desenvolvimento chinês e os resultados obtidos com sua aplicação. Por fim, o quinto capítulo sumariza os conhecimentos obtidos e conclui a obra.

2 UMA BREVE INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

De modo a compreender a ascensão da China ao posto de segunda maior economia do mundo, é necessário empregar um arcabouço teórico-analítico que permita uma análise geral, porém eficiente, das variáveis que intervêm no desenvolvimento dos Estados nacionais. O autor optou por utilizar a Economia Política Internacional, área de estudo da Economia e das Relações Internacionais que explica os fenômenos políticos e econômicos a partir da concepção de que economia e política são indivisíveis, ou, em outras palavras, a economia afeta a política e vice-versa.

O campo da Economia Política Internacional nasceu a partir de um esgotamento do poder explicativo de teorias puramente econômicas – como a economia neoclássica – e puramente políticas – como a realista – para os fenômenos internacionais ocorridos a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

Como afirma Strange citada por Cohen (2008, p.18), havia um “diálogo dos surdos” entre as duas áreas:

[...] dois reinos separados foram imaginados, representantes de duas esferas distintas da atividade humana. Uma era a sociedade, o setor privado, baseado em contratos e atividade de mercado descentralizada, e preocupado principalmente com questões de produção e distribuição. A outra era o “estado”, o setor público, baseado na autoridade coercitiva, e preocupada com poder, processo decisório centralizado e a resolução de conflito. Departamentos de Universidade foram sistematicamente reorganizados para lidar com as diferentes agendas dos dois reinos (tradução nossa).³

O campo da economia, portanto, estava voltado ao estudo da sociedade as relações econômicas que a regem. Os economistas entendiam que uma teoria só poderia ser confiável se fosse embasada em um método lógico, rígido, matematicamente atingível e graficamente representável, preocupando-se com temas como distribuição e produção e como esses fatores afetavam as relações sociais. Em resumo, preocupavam-se com a esfera privada.

Já o campo político remetia ao setor público, ao estudo do Estado e as implicações da autoridade baseada no monopólio do uso da força – poder. As teorias dos cientistas políticos eram normalmente *a posteriori*, isto é, criadas para explicar um fenômeno que já havia ocorrido

³ VERSÃO ORIGINAL: two separate realms were envisioned, representing two distinct spheres of human activity. One was society, the private sector, based on contracts and decentralized market activity, and concerned largely with issues of production and distribution. The other was the “state,” the public sector, based on coercive authority, and concerned with power, centralized decision making, and the resolution of conflict. University departments were systematically reorganized to address the divergent agendas of the two realms

ou que estava ocorrendo. Pode-se ilustrar esta característica mediante ao nascimento da teoria realista das Relações Internacionais, que surgiu de modo a explicar recorrência de guerras no sistema internacional e o fracasso do sistema de Bretton-Woods após a Primeira Guerra Mundial.

Essa dicotomia entre Política e Economia no que concerne aos estudos da realidade internacional impedia a compreensão total de fenômenos internacionais surgidos a partir dos anos 1950, como a reconstrução da Europa via Plano Marshall, a ascensão dos Tigres Asiáticos, a financeirização das economias e questões de desenvolvimento econômico para países subdesenvolvidos (COHEN, 2008). Por essa razão, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, esforços foram feitos para que as duas áreas acadêmicas se reconciliassem. Entre os teóricos pioneiros da Economia Política Internacional estão Susan Strange, Robert Keohane, Stephen Krasner e Robert Cox.

Um dos principais temas da Economia Política Internacional é o estudo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, de fundamental importância para o embasamento da presente monografia. Por isso, este capítulo se dedica a um breve arrazoado de algumas teorias acerca do desenvolvimento existentes. Além disso, busca-se diferenciar dois conceitos similares em nomenclatura, porém diferentes em substância – crescimento econômico e desenvolvimento econômico.

2.1 Desenvolvimento econômico *mainstream* – crescimento e industrialização

Ferreira e Raposo (2012) afirmam que o desenvolvimento *mainstream* sempre se encontrou ligado ao conceito de modernidade ocidental, isto é, que o patamar alcançado pelos países desenvolvidos do ocidente deve ser considerado a meta do restante dos países do mundo. Ademais, é essa narrativa – de que os países subdesenvolvidos deveriam se espelhar nos desenvolvidos – que os movimentos coloniais do século XIX e XX na África e Ásia utilizaram para justificar a interferência na economia e sociedade dos países colonizados (p. 116).

Essa noção de desenvolvimento também remete à ideia de que o progresso tem um sentido único, como se fosse um percurso o qual todos países percorrem e alguns estão mais a frente que outros. Nestes termos, atribui-se à sociedade Ocidental a liderança na tarefa de estimular/levar progresso ao restante do mundo. Esta afirmação, em conjunto com o exposto no parágrafo acima, reforça a supremacia dos países desenvolvidos e ocidentais sobre os

demais, em um sistema internacional marcado pela desigualdade econômica e política (FERREIRA, RAPOSO, 2012).

Uma obra marcante no que toca a utilização desses pressupostos é o livro *Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista)*, de Walt Whitman Rostow, lançado originalmente em 1961. Para este autor, o desenvolvimento se dá em etapas e se aplica a todas as sociedades. Seu método consistiu na observação do progresso de sociedades existentes, como a inglesa, americana, francesa e alemã. Rostow também não deixa de afirmar que sua teoria é uma “generalização da marcha da História” (ROSTOW, 1964, p.11) – assim esquivando-se previamente de qualquer crítica referente a aplicação de seu modelo a qualquer caso estudado. Antes de expor os pontos principais de seu estudo, é relevante ressaltar o contexto no qual escreve a obra – ponto de mais alta tensão da Guerra Fria, pouco após a Crise dos Mísseis em Cuba de 1962.

O desenvolvimento das sociedades se daria em cinco etapas: (1) sociedade tradicional; (2) pré-condições para arranco; (3) o arranco; (4) a marcha para maturidade; e (5) a era do consumo em massa.

A sociedade tradicional, início do processo de desenvolvimento, seria aquela na qual a estrutura cresce dentro de condições produtivas limitadas. Essa limitação se daria devido a ausência de tecnologias que aumentassem permanentemente a produtividade, uma vez que a economia seria predominantemente agrária (ROSTOW, 1964). A população buscaria a subsistência e, devido às limitações impostas por sua natureza, não seriam capazes de produzir excedentes – condição *sine qua non* para a acumulação de capital, necessário para o crescimento econômico.

A passagem para a segunda etapa, ou seja, pré-condições para arranco, se daria por meio do início da busca por especialização do trabalho e modernização tecnológica. Em concomitante, mudanças no conhecimento, valores e política aumentariam a produtividade da população, fomentando o desenvolvimento econômico (CONCEIÇÃO; OLIVEIRA; SOUZA, 2016). É nesta etapa que

Dissemina-se a **ideia** de que não só é possível o progresso econômico, mas também que ele é condição indispensável para uma outra finalidade considerada benéfica: seja ela a dignidade nacional, o lucro privado, o bem-estar geral, ou uma vida melhor para os filhos. A educação, pelo menos para alguns, amplia-se e modifica-se a fim de atender às necessidades da moderna atividade econômica. Aparecem novos tipos de homens de empresa — na economia privada, no governo ou em ambos — dispostos a mobilizar economias ou a correr riscos visando ao lucro ou à modernização (ROSTOW, 1964, p.18).

O autor exemplifica que a ruína da Idade Média e os movimentos iluministas na Europa Ocidental são o marco que representaria o assentamento das pré-condições para desenvolvimento em países como Inglaterra e França. É neste estágio que a sociedade deixa de ser tradicional e passa a ser moderna.

O nível seguinte é o arranco (decolagem). Não haveria mais amarras para o desenvolvimento, que seria desencadeado mediante uma revolução industrial – o autor não por acaso utiliza o exemplo da Inglaterra no século XVIII – de grandes proporções que não apenas aceleraria a migração do campo para a cidade, mas também estimularia a criação de um novo sistema político, institucional e social, conforme indica Sarmento apud Conceição, Oliveira e Souza (2016). A agricultura se tornaria mais mecanizada devido aos avanços tecnológicos e a produtividade alta permitiria excedentes maiores, permitindo maiores investimentos em tecnologia e inovação.

A quarta etapa, marcha para maturidade, seria marcada por um “longo intervalo de progresso continuado, embora flutuante, à medida que a economia agora em firme ascensão procura estender a tecnologia moderna a toda a frente de sua atividade econômica” (ROSTOW, 1964, p. 21). A tecnologia moderna e a diversificação da produção aumentariam. É um interlúdio entre o arranco e a era do consumo em massa.

A quinta e última etapa do desenvolvimento econômico de Rostow é a “era do consumo em massa”: é o estágio no qual a maioria da população se liberaria de apenas se preocupar com suas necessidades básicas de alimentação e sobrevivência. Ademais, a força de trabalho estaria localizada majoritariamente nas cidades e o nível de especialização dos operários atinge novos níveis. Na esfera social, a busca por tecnologia e inovação deixa de ser um fim; a partir desta etapa, os esforços políticos seriam direcionados para a assistência social, daí o surgimento do Estado de Bem-Estar Social (ROSTOW, 1964).

A definição de desenvolvimento econômico de Rostow sofreu inúmeras críticas, ora por seu caráter ideológico (RIBEIRO 2008), ora pelo puro anacronismo empregado: as condições histórico-sociais nas quais a Inglaterra e Estados Unidos construíram suas sociedades eram completamente diferentes daquelas nos quais os países subdesenvolvidos se inseriam; muitos eram explorados econômica e politicamente por países desenvolvidos, como é o caso das colônias latino-americanas e o continente africano, cuja influência externa coercitiva é notada até a década de 1970.

De acordo com Amaro (2004), o conceito exposto define desenvolvimento econômico como exclusivamente dependente de crescimento econômico: esse, por sua vez, é decorrente

da industrialização e acumulação de capital. Em última instância, o cerne dessa interpretação para desenvolvimento é a **industrialização**.

2.2 O subdesenvolvimento como a outra face do desenvolvimento

Diferentemente do que Rostow pregou, autores como Prebisch (1949) e Nurkse (1957) entendem o subdesenvolvimento não como uma etapa necessária para chegar ao desenvolvimento, mas sim como uma realidade existente concomitantemente àquela dos países desenvolvidos.

De acordo com Prebisch (1949), era do interesse dos países desenvolvidos manter a estrutura produtiva internacional tal qual estava: os países centrais, industriais, venderiam produtos industrializados para os países periféricos, cuja produção de matéria-prima, por sua vez, seria exportada para os países centrais. Havia uma divisão internacional do trabalho consolidada entre Centro e Periferia. Não seria interessante aos países centrais que a Periferia se desenvolvesse/industrializasse, já que, deste modo, perder-se-iam os benefícios como matéria-prima de baixo custo, mão-de-obra pouco qualificada e abundância de oferta.

Além disso, Nurkse (1957) denota a existência de problemas de formação de capital nos países subdesenvolvidos. A população tende, nessas sociedades, a consumir mais do que lhe permite sua renda *per capita*, reduzindo a capacidade de poupança. Isso é justificado pela atração que o padrão de consumo dos países desenvolvidos gera nas elites e demais camadas da população nos países subdesenvolvidos, e é denominado pelo autor de “efeito de demonstração” (NURKSE apud GUMIERO, 2011).

Adicionalmente, Gumiero (2011) também afirma que, no caso da teoria de Nurkse, uma das fontes de acumulação de capital para os países subdesenvolvidos seria a entrada de investimento estrangeiro. O problema, no caso dos países subdesenvolvidos, seria o direcionamento desses investimentos, voltados principalmente para a exploração de matéria-prima. Assim, não haveria estímulos para modificar a estrutura dessas localidades, já especializadas na produção primária.

Essa condição não seria insuperável. Nurkse (1957) prega que, apesar de difícil, o subdesenvolvimento poderia ser superado por meio de políticas públicas voltadas para o fomento do mercado de bens de consumo e por incentivos à poupança doméstica por meio de políticas fiscais e monetárias. Com essas medidas, o aumento de poupança proporcionaria aos empresários – no sentido schumpeteriano da palavra – meios monetários suficientes para que

pudessem investir na criação de inovações tecnológicas de modo a aumentar a produtividade e, consequentemente, crescer a economia (GUMIERO, 2011).

2.3. A Substituição de Importações como modelo de desenvolvimento

Já Prebisch (1949) entendia que o desenvolvimento para as economias periféricas só seria possível mediante um processo de substituição de importações – por meio de coordenação do Estado, os países subdesenvolvidos deixariam de importar gradualmente os produtos advindos dos países centrais, uma vez que seriam realizadas políticas públicas de fomento ao desenvolvimento da indústria nacional para que esses mesmos produtos fossem produzidos localmente.

O desenvolvimento por substituição de importações seria a única via possível para países que sofriam com estrangulamento externo, em suas economias. Em uma economia voltada para fora, ou seja, para as exportações, as crises do agronegócio impactavam gravemente a balança comercial. Para Prebisch e outros teóricos cepalinos, países como o Brasil e Argentina concentravam toda a sua economia na exportação de um ou dois bens primários que, produzidos de forma extensiva e com baixa produtividade, garantiam uma estrutura produtiva pouquíssimo dinâmica (FONSECA, 2003).

Essa falta de dinamismo na economia aliada à tendência de queda dos preços de produtos agrícolas ao longo do tempo colocava os países periféricos em desvantagem em relação aos centrais. Enquanto os meios de acumulação de capital dos últimos eram diversificados, como investimentos do Estado e iniciativa privada por meio de empresários “schumpeterianos”, os primeiros, por serem exportadores em sua essência, tinham a dinâmica de acumulação fora da esfera doméstica.

Além disso, é importante ressaltar que os níveis de emprego e a renda, assim como a acumulação de capital, estavam atrelados diretamente à performance do setor agrícola nos países subdesenvolvidos. Sendo o preço dos produtos primários regido por uma tendência a diminuir, os países periféricos encontravam-se em um caminho de estagnação e subdesenvolvimento permanente, uma vez que os rendimentos obtidos por meio do comércio com países centrais seriam mais e mais decrescentes no decorrer do tempo – essa condição afetava toda a economia e condições sociais da população, majoritariamente agrária e pobre (FONSECA, 2003).

A substituição de importações, portanto, era o único modo para que o ciclo vicioso de estagnação e subdesenvolvimento fosse superado. Conforme define Fonseca (2003, p.18-19) esse modelo é

um processo de desenvolvimento que, antes de reduzir o quantum das importações, altera sua pauta, mudando o perfil do setor externo. Este deixa de ser o responsável último pela dinâmica econômica — pela determinação da renda e do emprego, como no modelo agroexportador —, mas passa a ter uma nova função crucial, a de garantir o fluxo de divisas necessário para importar outros produtos, desta vez os necessários a garantir a produção industrial

Neste sentido, cabe a ressalva de que a substituição de importações não é o meio para a total independência do Estado, mas sim a um processo para modificar o quadro de materiais que são importados para que se possa atingir a industrialização em países para os quais a divisão internacional do trabalho e o comércio internacional não são totalmente benéficos. Afinal, os termos de troca continuariam se deteriorando durante o processo (PREBISCH, 1949), forçando os países periféricos a substituírem importações de valor agregado maior à medida que o tempo progride.

Entretanto, Furtado (1961) interpreta o subdesenvolvimento como autônomo, ou seja, não segue as mesmas etapas de crescimento econômico denotadas por Rostow; mesmo que seguidas as políticas prescritas, o país continuaria subdesenvolvido devido à estrutura capitalista do sistema internacional e a estrutura interna, que, dominada por elites predatórias, não teria como se modificar de modo a promover o desenvolvimento completo da sociedade. Em outras palavras, o processo de substituição de importações e protecionismo da indústria de Prebisch ou as políticas públicas voltadas ao acúmulo de poupança interna de Nurkse teriam pouco efeito no que tange o país como um todo.

2.4 Os Problemas do Processo de Substituição de Importações e o Surgimento do Consenso de Washington

As tentativas de industrialização por substituição de importação funcionaram por certo tempo nos países subdesenvolvidos. Contudo, esse modelo estava fadado ao insucesso em decorrência de sua dependência a fatores externos. Como bem aponta Fonseca (2003), no início do processo, o aumento do emprego e do mercado consumidor era decorrente do crescimento da economia, uma vez que produtos de primeira necessidade eram produzidos localmente, em vez de importados, gerando postos de trabalho e aumentando a renda da população.

Contudo, à medida que os produtos cujas importações eram substituídas fossem mais complexos, maior era a tecnologia e capital necessária para sua produção local. O uso de tecnologia sofisticada reduz a necessidade de mão-de-obra em massa, o que incorre em redução da necessidade de emprego, reduzindo, portanto, o mercado consumidor. Assim, maior o valor agregado do produto, menor sua demanda local.

Esse fato, somado ao pensamento “pré-capitalista” dos proprietários de terra - não havia intenção, por parte desta classe, em realizar investimentos na produção – o que resultava em baixa produtividade e **inelasticidade** de oferta no setor agrícola (FONSECA, 2003), justificavam as crises por quais passaram as economias latino-americanas que incorporaram a substituição de importações como forma de industrialização. Adicionalmente, o capitalismo da periferia era dual, isto é, com dinâmicas muito diferentes entre o campo e cidade, conforme exposto nesta seção. Este descompasso gerava expectativa por parte da população rural que, em busca de melhores condições de vida, migrava para a cidade, onde supostamente existiria emprego com maiores salários.

Contudo, como indica Fonseca (2003, p.24), não foi o que aconteceu: “O êxodo rural contribuía para aumentar ainda mais o desemprego. [...]. Dessa forma, havia população mas não mercado (população com poder aquisitivo para adquirir os produtos industriais)” Como visto alguns parágrafos acima, o desemprego da população impedia o surgimento de um mercado de consumo que absorvesse produtos de maior valor agregado, industrializados. A falta de consumo, por sua vez, impedia o crescimento da economia, já que a oferta gerada era superior à demanda decorrente da maior complexidade da produção nacional.

O resultado das substituições de importações foi positivo, em que pese os problemas encontrados pelos países que o aplicaram, como Brasil e Argentina. Portella Filho (1994) argumenta que

Embora esse modelo econômico tenha gerado desajustes econômicos graves, como a concentração de renda e o fechamento externo da economia, ele manteve durante mais de 30 anos grandes aumentos de renda per capita e diminuição significativa dos níveis de pobreza da região [América Latina]. (p. 101).

A partir da década de 1960, com o advento das ditaduras militares na América Latina e o acirramento da Guerra Fria devido à Crise dos Mísseis em Cuba de 1962, o modelo descrito passou a ser substituído por outro, de endividamento externo. Os problemas econômicos na América Latina passaram a ser tratados como decorrentes da intervenção estatal na economia, não levando em consideração o lado financeiro do problema, nem o pano de fundo por de trás

das dificuldades latino-americanas, conforme explanado nos parágrafos anteriores (PORTELLA FILHO, 1994).

O ápice da crise latino-americana se deu na década de 1980, quando os Estados Unidos alteraram sua taxa de juros de 7,8% para 21,5%. Essa alteração forçou bancos internacionais na Europa a também aumentarem suas taxas de juros – bancos esses que financiavam a dívida externa de países latino-americanos, causando problemas gravíssimos na balança de pagamentos a países como Brasil, uma vez as dívidas contraídas foram reajustadas de acordo com as novas taxas colocadas (GOLDENSTEIN, 1986). Assim, houve uma fuga de investimentos generalizada devido ao fato de que a capacidade de “honrar as dívidas” dos países foi gravemente afetada.

Com esses problemas constatados, o final do ano de 1989 foi marcado por uma reunião em Washington na qual se reuniram governos conservadores, ministros da Fazenda, diretores de instituições financeiras internacionais, presidentes de Bancos Centrais e representantes de governos das economias em crise (SILVA, 2005). O propósito deste encontro era diagnosticar quais eram as principais razões para o fracasso das economias latino-americanas em sair da crise econômica. Contudo, retomando o pensamento de Portella Filho (1994), não foi levado em consideração o impacto que as finanças ocasionaram no desenvolvimento desses países.

De maneira simplista, porém, do tipo “*one size fits all*” (um tamanho serve para todos), surgiu o Consenso de Washington como forma de solução dos problemas de grave endividamento latino-americano. Conforme Gore (2000), O Consenso é focado em estratégias para aumento do PIB nacional, por meio da adesão a uma série de normas internacionais coerentes com a “ordem econômica liberal internacional” (GORE, 2000, p. 792). Nesses termos, o país em crise deveria se comprometer com o livre mercado, propriedade privada, incentivo ao indivíduo e um papel restrito do Estado.

Seguindo a linha do mesmo autor, esse comprometimento seria avaliado pela comunidade internacional com base na adoção de políticas macroeconômicas restritivas. Isto é, por meio de medidas como redução de gastos públicos com assistência social, aumento de impostos, redução do aparelho estatal e da burocracia inerente, o Estado passaria a ter um controle maior de suas contas públicas- o alvo passava a ser o equilíbrio das contas acima de qualquer outro aspecto.

O Estado, por sua vez, era visto como a raiz de todo o mal. Os desajustes econômicos nas economias latino-americanas eram resultado da administração estatal ineficiente das dívidas e dos gastos excessivos com políticas públicas e com as empresas estatais, consideradas ineficientes e custosas à administração pública (PORTELLA FILHO, 1994).

Ainda segundo Portella Filho (1994), a influência das grandes corporações e instituições financeiras presentes na reunião em Washington em 1989 é clara. Mais Estado significaria maior intervenção nas políticas econômicas e, conseqüentemente, menor lucro e possibilidade de restrição de mobilidade de capital financeiro.

Tendo o cumprimento desses requisitos como base, instituições internacionais de financiamento como o Banco Mundial ou Fundo Monetário Internacional ofereceriam capital para que o país se reestruturasse e pudesse pagar suas dívidas. Na verdade, talvez o propósito do investimento dessas instituições fosse mais voltado para a quitação dos débitos internacionais, como bem afirma Portella Filho (1994, p.106):

Talvez a maior falha do diagnóstico de Washington tenha sido o não reconhecimento da necessidade de reduzir as dívidas externas. Este erro teve, na verdade, **um forte viés político-ideológico**. A crise financeira de 1982 ameaçava proporcionar grandes prejuízos aos bancos privados internacionais, especialmente aos grandes bancos americanos, que haviam emprestado à América Latina quase 180% de seu capital. Como as políticas dos organismos multilaterais são muito influenciadas por pressões do governo americano, **o FMI e o BIRD foram induzidos a atuar, ao longo da crise, não só como executores dos programas de ajustamento, mas também (ainda que de forma extra-oficial) como cobrados dos títulos dos bancos privados** (grifo próprio).

É elucidado, portanto, o fato de que não havia interesse real em trazer desenvolvimento para os países latino-americanos assolados pelas mazelas da adoção do modelo de crescimento por endividamento externo. Conforme dizia celeberramente Robert Cox (1981, p.129), uma “teoria é sempre feita para alguém por algum motivo”. No caso do Consenso de Washington, isso não é diferente – o propósito é penalizar os países latino-americanos por não honrarem suas dívidas e fazê-los as quitarem a qualquer custo, mesmo que este implique em diminuição da qualidade de vida da população.

Conforme denota por Portella Filho (1994), um dos principais resultados da aplicação do Consenso de Washington na América Latina foi a concentração de renda. Os níveis de emprego e salários sofreram quedas de forma generalizada na região. Ademais, a população economicamente marginalizada aumentou e o trabalho informal, durante o período de 1982-1988, se expandiu em cerca de 25% (CEPAL, 1992).

Nestes termos, pode-se dizer que a aplicação do Consenso de Washington por parte dos países latino-americanos não apenas não resolveu os problemas econômicos existentes, como também agravou fatores sociais na região. As perdas sociais decorrentes do aumento do desemprego e diminuição dos salários, bem como a ineficiência das políticas macroeconômicas

restritivas supostamente essenciais para o desenvolvimento econômico mostraram que não era este o modelo correto a ser seguido.

Na próxima subseção, discutir-se-á brevemente acerca da modificação no conceito de desenvolvimento após constatados os problemas do Consenso de Washington. Crescimento e desenvolvimento passam a ser trabalhados como conceitos diversos, apesar de um necessariamente ainda depender do outro para acontecer, em certa medida.

2.5 Crescimento X Desenvolvimento

Conforme França (2012), a linha que separa as noções de desenvolvimento econômico e crescimento econômico é tênue e, por vezes, inexistente, dependendo da teoria utilizada para estudar os fenômenos econômicos modernos.

Apesar de conterem diferenças substanciais – tanto em metodologia quanto propósito – os modelos de desenvolvimento de Rostow (1964), Nurkse (1957) Prebisch (1949) e do Consenso de Washington entendem que o desenvolvimento é advindo do crescimento econômico, isto é, através do crescimento da renda nacional. Em última instância, quanto maior o PIB de uma economia, maior seu desenvolvimento, para esses autores.

Mesmo que haja aumento de renda, contudo, uma economia pode permanecer subdesenvolvida. De acordo com Benayon apud França (2012, p. 84), o subdesenvolvimento é decorrente de “relações históricas, econômicas, sociais, políticas e religiosas, passadas ou continuadas, existentes entre os países ou regiões satélites subdesenvolvidas com os países metropolitanos ou regiões desenvolvidas”. Ou seja, a acumulação de capital e internalização dos valores capitalistas do Centro não representam desenvolvimento.

É importante denotar que as teorias trabalhadas na seção anterior são originadas a partir do pensamento corrente da metade do século XX (1940 – 1980). Em retrospecto, autores como Cardoso (1995) retrabalham o conceito de desenvolvimento de modo a adequá-lo à realidade material contemporânea.

O desenvolvimento passa, a partir da década de 1990, a ser um conceito fragmentado – a evolução do pensamento econômico criou outros “desenvolvimentos”, como o ecológico, social, humano. A esfera econômica é um dos aspectos e a única que poderia ser confundida com crescimento econômico, que é entendido apenas como um dos requisitos para a promoção do desenvolvimento. A distribuição da renda adquirida passa a ser levada em consideração, bem como questões sociais como educação, nível de emprego e saúde (CARDOSO, 1995).

Essa modificação/fragmentação na interpretação do conceito de desenvolvimento e distanciamento da definição de crescimento econômico é decorrente também do contexto histórico. Nas décadas de 1950 a 1980, o mundo estava dividido entre dois blocos: o capitalista e o socialista. A ascensão dos governos autoritários na América Latina nesta época, bem como o embate ideológico entre o ocidente liberal e o oriente socialista, não gestaram um ambiente acadêmico favorável ao desenvolver de ideias que fugissem apenas da crítica de um sistema ou outro.

O fim da Guerra Fria e a queda da União Soviética por um lado, e as falhas de diagnóstico da crise de endividamento externo dos países latino-americanos por outro (PORTELLA FILHO, 1994), deu luz à reformulação nos conceitos de desenvolvimento. Como indica Gore (2000), surge uma abordagem voltada ao desenvolvimento humano sustentável. Enquanto os valores defendidos pelo Consenso de Washington giravam em torno da ordem econômica liberal internacional e redução do papel do Estado, essa nova forma de desenvolvimento busca tratar da qualidade das vidas humanas.

Ainda assim, o desenvolvimento humano sustentável não é uma oposição direta ao Consenso de Washington. O foco principal é a redução da pobreza de modo a garantir um aumento na qualidade de vida da população mundial, porém permanece sendo um modelo de desenvolvimento plantado nos moldes da ordem econômica liberal internacional. Utilizando outros indicadores para se medir o desenvolvimento, como o IDH, nível de pobreza e taxa de mortalidade, ainda é voltado à medição de curto prazo (GORE, 2000). Adicionalmente, não se leva em consideração as especificidades históricas e políticas de cada país, o que faz com que as medidas sugeridas sejam interpretadas como vagas e excessivamente gerais.

É neste limbo teórico que se encaixa a China – diferentemente do exposto até aqui, adianta-se que não há como encaixar o caso de desenvolvimento deste país em um mero processo de substituição de importações ou como decorrente da abertura de sua economia ao mercado internacional. Contudo, o marco teórico explorado neste capítulo deixa claro que o desenvolvimento não é um processo involuntário e motivado externamente, mas sim resultante de intervenção ativa do Estado na economia, como apontam Prebisch (1949), Nurkse (1957), Portella Filho (1994) e Fonseca (2003).

Adicionalmente, na linha dos mesmos autores, a industrialização é a via de fato para o desenvolvimento, uma vez que esta promove crescimento econômico e aumenta o valor agregado sobre as mercadorias produzidas, desencadeando uma reação em cadeia por toda a sociedade: produtos com maior tecnologia exigem mão-de-obra mais qualificada, o que implica em salários maiores e maior acesso ao mercado de consumo por parte dos trabalhadores.

Em complemento a essa visão, Cardoso (1995) e França (2012), entendem que o crescimento econômico resultante da industrialização, por si só, não é o suficiente para a promoção de desenvolvimento, sendo apenas um de seus vários componentes. Fatores que contribuem para a qualidade de vida, como saúde, educação e políticas sociais são tão necessários quanto o crescimento econômico. A industrialização também não confere automaticamente desenvolvimento, uma vez que este também está ligado com a distribuição da renda.

Neste sentido, todos os autores trabalhados, com a exceção de França (2012) e Gore (2000), que realizam uma breve revisão bibliográfica sobre o conceito de desenvolvimento e do Consenso de Washington, respectivamente, convergem no que tange a necessidade de um Estado ativo e interveniente na economia, apesar de discordarem a respeito do nível de intervenção.

Por fim, com base em Portella Filho (1994) e Silva (2005), deixa-se claro que o diagnóstico da crise latino-americana conhecido como Consenso de Washington, ao desconsiderar o aspecto financeiro e por ser elaborado por atores para os quais a desregulamentação da economia e diminuição da intervenção estatal somente concederia benefícios, apenas consolidou a visão de que os problemas e crises dos países em desenvolvimento são decorrentes da ineficiência do Estado e falta de compromisso com dívidas.

Os próximos capítulos tratarão especificamente sobre a China. Com base nos dados informados, buscar-se-á demonstrar que nenhum modelo se encaixa perfeitamente no chinês, muito embora se possa dizer que, guardadas as suas peculiaridades – nomeadamente o fato de que, na China, o capital internacional sempre esteve subordinado aos interesses do Estado – houve algumas semelhanças do modelo cepalino de substituição de importações (como se verá adiante). Adianta-se que as peculiaridades e momentos políticos pelos quais passou o país foram a razão pela qual o desenvolvimento ocorreu de maneira mais satisfatória do que em outros países subdesenvolvidos.

3 AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO CHINESAS APÓS A REVOLUÇÃO COMUNISTA DE 1949

Nesta seção é explorada a história recente da China, isto é, a partir da ascensão de Mao Tsé-Tung ao poder após a revolução comunista em 1949. Não é intenção do autor relatar de maneira extensa todos os pormenores da história a partir desse ano, mas sim explicitar os pontos chave que contribuíram para o sucesso do plano de desenvolvimento da China.

3.1 O desenvolvimento sob o regime de Mao Tsé-Tung

Segundo Medeiros (1999, p.4), a China após a revolução de 1949 era caracterizada por “grande população, baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e, em particular, baixa disponibilidade de terra agriculturável *per capita*”. A economia chinesa era dual – com áreas majoritariamente agrícolas e pequenos polos industriais. Ou seja, era preciso urgentemente aumentar a produtividade e produção agrícolas e, ao mesmo tempo, acelerar a industrialização do país em decorrência do contexto internacional adverso.

Em um âmbito tal qual o da Guerra Fria, em que os países deveriam escolher um lado entre os dois disponíveis na configuração bipolar do sistema internacional, o comércio sofria restrições: os Estados Unidos e os países ocidentais capitalistas não comercializavam seus produtos com a União Soviética e os países orientais socialistas. Nesses termos, é preciso compreender que, ao tomar o lado comunista da disputa, o mercado disponível para a China era muito mais restrito que o capitalista.

Mao Tsé-Tung adotou a política de desenvolvimento dos demais países soviéticos: isto é, uma economia planejada cujo investimento era direcionado para a industrialização e produção agrícola. No caso chinês, contudo, era necessária uma reforma agrária

porque é necessário que o setor primário esteja preparado para suprir a indústria com matérias primas, bem como suprir os trabalhadores da cidade com alimentos. Adicionalmente, porque é por meio da apropriação da acumulação primitiva, possibilitada pelo aumento da produtividade do campo, que o governo chinês obtém os recursos (capital-dinheiro) necessários aos empreendimentos industriais. E, por fim, para que haja a criação da grande indústria é necessário que haja mercado para os bens por ela produzidos (MILARÉ, L.; DIEGUES, A., 2012, p. 364)

⁴ À exceção do Brasil, que durante pouco tempo sob o governo de Jânio Quadros e João Goulart, praticou a Política Externa Independente (PEI) entre 1961 e 1964. A curta duração desse momento e o período de repressão civil-militar que se seguiu a partir de 1964 demonstra as consequências para aqueles que iam “contra a corrente” dos Estados Unidos.

Assim, de modo a dar início ao processo industrializante no país, Mao Tsé-Tung realizou primeiramente uma reforma agrária de grandes proporções: aproximadamente 47 milhões de hectares de terra foram divididos entre 300 milhões de camponeses. Cada família detinha o direito de dois terços de hectare. Os efeitos dessa política, conforme Milaré e Diegues (2012), foram notórios, uma vez que 40 milhões de camponeses tiveram redução no número de suas propriedades, 70 milhões se mantiveram em situação igual e os 300 milhões de camponeses mais pobres ganharam sua parcela de terra.

Além da distribuição de terras, foram criadas também fazendas estatais nas quais os camponeses poderiam trabalhar em troca de salário. A intenção de Mao era estimular a economia por meio do aumento de renda da população e por meio da produção agrícola, que após a reforma obteve melhores resultados.

Em sequência, Milaré e Diegues (2012) relatam que, a partir de 1952, os esforços foram direcionados para aumento de escala de produção. Os camponeses foram reunidos em cooperativas e gradualmente, a produção passava a ser entregue ao governo. Desse modo se iniciava a extinção do comércio entre agentes privados e o controle estatal aumentava.

A política interna de estímulo à economia via inversões do Estado e reforma agrária foi acompanhada de ajuda da União Soviética, que fornecia alimentos quando esses eram escassos e assinara um tratado de assistência recíproca em 1950. No entanto, a partir de 1957, as relações sino-soviéticas começaram a trepidar⁵ - a adoção de uma postura menos combativa em relação aos Estados Unidos pelo novo presidente da União Soviética, Khrushchev, e a correspondente crítica à Stalin, iam de encontro com os ideais stalinistas de Mao Tsé-Tung.

Embora Mao Tsé-Tung tenha acreditado que o socialismo era o melhor modelo econômico e só podia funcionar plenamente se o capitalismo e sua característica imperialista fossem extintos, Khrushchev entendia que era possível que os dois sistemas convivessem pacificamente. É justamente nesta diferenciação ideológica que se afastaram os dois líderes.

Com a deterioração do relacionamento entre a potência soviética e a China, a ajuda externa foi suspensa e, isolada do mundo, a nação chinesa deveria decidir como continuar a crescer e a constituir uma potência socialista *de facto*.

Dessa imediata necessidade nasceu o “Grande Salto Adiante”, política de desenvolvimento que almejava grandes resultados em pouco tempo (MILARÉ; DIEGUES,

⁵ Não é de escopo desta monografia discorrer acerca da deterioração das relações entre União Soviética e China. Para familiarização do leitor com o tema, recomenda-se a leitura do capítulo 1: As Relações entre a China Popular e União Soviética da obra **Independência e Autossuficiência: A Política Externa da República Popular da China entre 1957 e 1965** (CRUZ, 2011). Disponível em <goo.gl/VEL44k>, acesso em 31/08/2018.

2012). Pode-se traçar um paralelo entre essa e os “Cinquenta Anos em Cinco” de Juscelino Kubitschek no Brasil no que se refere à característica de resultado imediato, porém não em substância – enquanto que a política chinesa era focada no intervencionismo do Estado e criação de indústria pesada, a brasileira era financiada externamente, algo a que a China não poderia recorrer para custear os gastos de investimento.

O “Grande Salto Adiante” resultou na perseguição⁶ aos opositores do regime comunista a partir de 1957 e o aprofundamento da coletivização da produção do campo por meio da criação de comunas, cuja função era descentralizar a produção e expandir de forma acelerada as indústrias rurais, como dizem Milaré e Diegues (2012).

Conforme esses autores, as comunas tinham por objetivo organizar e expandir a produção, criando infraestrutura regional. Com isso, o planejamento de direcionamento dos esforços produtivos não mais ficava centralizado no governo central em Pequim, mas sim nas mãos dessas pequenas organizações estatais que possuíam poder de coordenar a área em que se encontravam. No entanto, é preciso ressaltar que não houve sincronia entre as comunas, ou seja, enquanto que algumas regiões se desenvolveram, outras pouco mudaram.

A simples descentralização das atividades produtivas não era suficiente, uma vez que não foi acompanhada de coordenação estatal, elemento necessário para direcionar os resultados para a industrialização do país. Faltou ao Estado a capacidade de coordenar as comunas de modo que garantissem o desenvolvimento de forma homogênea. Ademais, a simples criação dessas pequenas entidades representou uma ruptura abrupta com a centralização anterior.

Desse modo, a produção agrícola caiu de 195 milhões de toneladas para 150 milhões de toneladas de grãos em 1960. Isso, somado à desestruturação da produção desencadeada pelo “Grande Salto Adiante”, causou a morte de 10 a 30 milhões de pessoas devido à fome generalizada (RUIZ, 2006). As comunas foram um fracasso no sentido de que desestabilizaram a produção e não foram boas administradoras do processo de industrialização idealizado por Mao Tsé-Tung.

Se analisados isoladamente, os projetos do governo de Mao Tsé-Tung foram economicamente ineficazes e causaram mais mazela do que benesse, incorrendo em mortes e fome. No entanto, quando se observa o período total de seu regime (1949 – 1976), nota-se uma diminuição da participação da agricultura na composição do PIB e um consequente aumento de participação da indústria, o que denota industrialização (Tabela 2).

⁶ Em conjunto com o “Grande Salto Adiante” ocorria a Revolução Cultural, que tinha o intuito de extirpar ideias adversárias ao comunismo e difundir a ideologia socialista na população chinesa. Opositores ao movimento eram executados ou mandados para campos agrícolas em regime de trabalho forçado.

Como visto na tabela a seguir, enquanto que a Agricultura participava de mais de 50% da composição do PIB em 1952 e a Indústria menos de 10%, em 1978 a participação das duas áreas foi muito mais próxima. Ademais, conforme visto na coluna da participação industrial, o crescimento da participação é constante durante todo o período, apesar de sofrer um pequeno revés nos anos imediatamente após o “Grande Salto Adiante”.

É possível dizer que o regime de acumulação socialista de economia fechada, tal qual praticado na China após o esfriamento das relações com a União Soviética, estava fadado ao insucesso. A estratégia empregada por Mao Tsé-Tung causou fome generalizada e a descentralização da produção através da criação de comunas que seriam responsáveis por coordenar o desenvolvimento local não foi bem-sucedida, uma vez que não houve coordenação entre as práticas de cada uma.

Tabela 1 - Participação da agricultura e indústria no PIB chinês no período 1952-1978 (%)

Ano	Agricultura	Indústria
1952	72	7
1953	67	9
1954	66	10
1955	67	10
1956	63	12
1957	62	13
1958	55	17
1959	47	22
1960	41	25
1961	52	19
1962	56	17
1963	56	17
1964	54	19
1965	52	20
1966	52	23
1967	54	20
1968	55	19
1969	50	23
1970	47	27
1971	45	29
1972	43	30
1973	44	30
1974	44	30
1975	42	32
1976	42	32
1977	39	34
1978	37	36

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Maddison e Wu (2007)

Considerando os pontos acima discutidos, com base em Milaré e Diegues (2012) e Ruiz (2006), as reformas e medidas implementadas por Mao Tsé-Tung foram de fundamental importância para o estabelecimento das bases para indústria na China (apesar de custosas no que tange as condições de vida dos chineses), o que será visto como o motor de seu desenvolvimento no próximo período a ser analisado, isto é, o governo de Deng Xiaoping, a partir de 1978.

3.2 A política de Portas Abertas de Deng Xiaoping e a mudança de rumo da China

Conforme visto no subcapítulo anterior, até 1978, a China era um país fechado. Porém essa condição estava ameaçada em decorrência do esgotamento do modelo de acumulação puramente socialista, que colocava o Estado como planejador e investidor único da economia. O contexto internacional também era diferente daquela vivido por Mao Tsé-Tung: no final da década de 1970, a ameaça de uma guerra termonuclear era significativamente menor e a Guerra Fria estava em fase de distensão.

Em um espaço no qual as nações buscavam maneiras de lidar com as consequências da globalização comercial e financeira – eventos como as crises do petróleo, a adoção do dólar como moeda internacional sem lastro com o ouro e a oscilação das taxas de juros internacionais promoviam desafios não antes enfrentados pelos Estados nacionais, que viam sua soberania sendo constantemente constrangida devido à interferência externa indireta de fatores econômicos – a China estava em vantagem em decorrência da não-abertura do mercado.

Depois do governo de Mao, de acordo com Medeiros *apud* Milaré e Diegues (2012, p.373),

A China apresentava uma estrutura semi-industrializada – em que pese a presença de um importante setor de bens de capital – com a maioria da população ocupada na agricultura, residindo em vilas e municípios. Também em regime de pleno emprego, possuía reduzida participação de trabalhadores qualificados na população economicamente ativa (PEA), baixa diversificação nos padrões de consumo e grande nivelamento social. Do ponto de vista do comércio exterior, vivia de forma semiautárquica.

O Grande desafio a ser encarado pelo vindouro presidente chinês seria transformar a estrutura chinesa “semi-industrializada” em industrializada com tecnologia, diversificando os padrões de consumo e sair do imobilismo causado pelo esgotamento no padrão de acumulação socialista adotado. A mudança a ser descrita é considerada histórica e primordial para o desenvolvimento da China.

Deng Xiaoping, Presidente e secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC) em 1978, inaugurou a chamada “Política de Portas Abertas” na China: foi o início da transição de uma economia planificada para uma economia de mercado. De acordo com Kobayashi, Baobo e Sano (1999, p.1), essa política consistia na “adoção de uma postura para atingir o crescimento econômico por meio da **introdução ativa de capital** estrangeiro e tecnologia enquanto se mantinha o comprometimento com o socialismo”⁷ (grifo próprio, tradução própria).

Vale notar o termo grifado no parágrafo anterior: introdução ativa de capital. Ou seja, a China não abriu portas para a abertura de empresas de fora inadvertidamente – determinou, em realidade, setores estratégicos nos quais o capital estrangeiro poderia adentrar e estipulou uma série de condições que garantissem que o investimento fosse direcionado para o desenvolvimento do país.

Deng Xiaoping foi o responsável pela reforma mais profunda do sistema chinês desde a Revolução Comunista de 1949. A economia chinesa passava a ser norteadada por quatro eixos, de acordo com Leite (2011):

1. A participação da China na economia global por meio da competição internacional;
2. Maior poder de compra para a população chinesa;
3. O controle estatal total sobre a política e economia;
4. Inserção internacional pacífica e diplomacia da paz nas relações internacionais.

Além desses principais eixos, a China constituiu um sistema de transição gradual de preços controlados pelo Estado para um sistema misto, no qual havia uma espécie de cota para o controle estatal. Um exemplo fictício: o preço do grão de arroz era fixado pelo Estado até a venda de 30 mil grãos – após esse valor ser superado, os produtores poderiam adotar o preço que considerassem competitivo (LEITE, 2011).

Para o autor, esse sistema de preços era fundamental para a competitividade internacional da China, que a partir de 1979, passou a efetuar políticas agressivas de promoção à exportação e proteção do mercado interno. Com os resultados econômicos obtidos foi possível a reaplicação do excedente financeiro em modernização das técnicas agrícolas e da indústria, o que aumentou a produtividade e alavancou as exportações.

Seguindo o pensamento de Leite (2011), essa política de preços fixos e flexíveis possibilitou a abertura comercial gradual no âmbito da agricultura. À medida que as cotas eram atingidas e os preços passavam a ser estipulados pelos produtores, havia a abertura comercial

⁷ VERSÃO ORIGINAL: “[...] adopted a stance to achieve economic growth through the active introduction of foreign capital and technology while maintaining its commitment to socialism”.

no mesmo setor para a importação de máquinas e equipamentos. Assim começava a absorção de tecnologia e modernização chinesas.

Com base neste último parágrafo e no conteúdo abordado no capítulo dois, sobretudo no que tange à estratégia de desenvolvimento por meio do modelo de substituição de importações tal qual desenvolvido por Prebisch (1949) e aperfeiçoado por Fonseca (2003), nota-se que a China adotou medidas semelhantes àquela dos países latino-americanos neste período. Afinal, a substituição de importações consiste justamente na produção local de produtos que outrora eram importados de outros países mais desenvolvidos.

Contudo, como ressaltam Leite (2011) e Lin (2013), tendo um regime político diferente baseado em forte regulação do Estado sobre a economia, o que diferencia a experiência chinesa das demais é a combinação bem-sucedida entre liberalização comercial para exportações, de um lado, e protecionismo para produção local, de outro. Desse modo, entende-se que a estratégia empregada pela China difere daquela adotada por outros países que buscaram desenvolvimento pelo processo de substituição de importações.

Resta, no entanto, a questão – como a China conseguiu tamanha autonomia para tomar decisões que contrariaram fortemente o *mainstream* econômico explicitado pelo Consenso de Washington? Afinal, a própria experiência latino-americana demonstra que o intervencionismo estatal não é visto como adequado pelos investidores estrangeiros, bancos e instituições financeiras internacionais (SILVA, 2005), que retiram investimentos do país à medida que o grau de intervenção aumenta. No caso chinês, como afirmam Ramo (2004) e Leite (2011), o investimento estrangeiro é um dos sustentáculos do sucesso do país no que concerne o seu desenvolvimento. Isto é trabalhado em uma das subseções do próximo capítulo, na qual são discutidas razões pelas quais o modelo chinês não pode ser reproduzido em outros países.

Diferentemente das décadas anteriores nas quais permanecia fechada para o mundo e se desenvolvia mediante intervencionismo exclusivo do Estado na economia e auxílio da URSS, seja por meio do direcionamento direto de recursos para setores da indústria ou por meio de subsídio à produção e fixação de preços (LIN, 2013), a China passava a ter acesso, mesmo que tardio, ao mercado internacional. Isso alavancou o crescimento da economia, uma vez que a mão-de-obra chinesa barata e abundante proporcionava produtos baratos, os quais eram comercializados a preços competitivos no mercado internacional. Além disso, a exploração da tecnologia disponível mundialmente acelerou o desenvolvimento do país.

Conforme Lin (2013), a China começou a importar o conhecimento do mundo e exportar o que mundo queria, da forma que o mundo queria: mercadorias baratas. Por meio da exploração das tecnologias e conhecimento disponíveis internacionalmente, conseguiu

desenvolver a indústria a patamares não-alcançáveis antes da abertura comercial. Dessa forma, foi possível passar de um ator cujas exportações eram compostas por 75% de bens primários em 1979 para, em 2009, serem de 95% de manufaturados (LIN, 2013).

O sucesso proveniente do modelo adotado pela China a partir de 1978 é oriundo de sua originalidade: em vez de seguir as teorias *mainstream* de liberalização comercial imediata, privatização de empresas estatais e reforma de preços de um dia para outro, optou pela *gradualidade* e adaptação ao *contexto* interno. Assim, a economia China não sofreu por anacronismo, pois optou por um modelo de desenvolvimento que considerava as especificidades de sua população, território, economia e história.

Este modelo iniciado por Deng Xiaoping em 1978 com a abertura da China é entendido por alguns acadêmicos, como Ramo (2004) e Li Brødsgaard e Jacobsen (2010), como Consenso de Pequim. O capítulo a seguir explica os alicerces nos quais se sustenta e busca discutir algumas razões para sua não-reprodutibilidade em outros países.

4 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS APÓS AS REFORMAS E SEUS RESULTADOS

Conforme demonstrado no capítulo anterior, a China assentou as bases para sua industrialização durante o governo de Mao Tsé-Tung por meio de políticas reformistas agressivas. Apesar de acarretar na morte de milhares de chineses, o “Grande Salto Adiante” promoveu o crescimento do setor industrial e o início dos movimentos de urbanização.

Deng Xiaoping deu continuidade ao processo de desenvolvimento chinês, porém com foco na abertura comercial e em políticas de aumento de renda para a população, cujas condições de vida eram deploráveis. O estabelecimento de cotas para preços fixos e a gradual liberalização do comércio exterior, assim como políticas de restrição de crescimento da população, alavancaram a economia chinesa a níveis antes inalcançáveis.

O presente capítulo busca delinear as principais características do modelo de desenvolvimento da China e suas especificidades, que garantiram ao país uma posição de destaque na ordem mundial a partir do final do século XX e início do século XXI.

4.1 O Consenso de Pequim

Ramo (2004), cunha o termo Consenso de Pequim para explicar a ascensão chinesa no sistema internacional. Um país pobre, agrário e cujo regime político aparentava não permitir maior desenvolvimento na década de 1960, de acordo com o exposto por Leite (2011) e Lin (2013), se tornou uma das principais potências internacionais no século XXI. De acordo com Ramo (2004), entende-se que a China adotou uma estratégia não apenas diferente daquela predisposta no Consenso de Washington, mas de contestação a esse diagnóstico liberal das mazelas do intervencionismo estatal. O autor define essa nova formulação chinesa em três axiomas, os quais juntos formariam o Consenso de Pequim.

A inovação, primeiro axioma, é o fundamento principal do modelo chinês. É por meio de estratégias inovadoras, adequadas ao contexto doméstico e internacional vigente, que a China obtém resultados positivos no coordenar de sua economia. Essa característica pode ser verificada tanto no governo de Mao Tsé-Tung, quando foi realizada a reforma agrária essencial para o assentamento da base produtiva da futura industrialização do país, quanto sob a tutela de Deng Xiaoping, quando se havia dado início à abertura comercial.

Como exemplo, pode-se tomar o setor de agricultura após as reformas empreendidas por Deng Xiaoping: a abertura gradual do mercado chinês e a coordenação chinesa para pesquisa e desenvolvimento começou primeiramente no setor agrário e, devido a isso, foi a área que mais cresceu na economia (RAMO, 2004). Com o incentivo do governo à pesquisa e desenvolvimento, planejadores chineses realizavam pequenas melhorias na produção de modo a aumentar a produtividade das fazendas.

De acordo com Jin *et al* (2002), a tecnologia agrícola chinesa chegou a seu pico no início da década de 1980: cientistas e o governo, em um esforço conjunto, disseminaram tecnologia pelas terras férteis e multiplicaram, por exemplo, a variedade dos diversos produtos cultivados: agricultores chineses chegaram a utilizar aproximadamente 400 tipos de arroz devido às inovações na área de irrigação e ciência de cultivo.

Outro caso que elucida ao leitor o fato de que a inovação é um dos principais motores do desenvolvimento chinês é o caso dos processadores *Intel* na década de 1990. A empresa americana entendeu o mercado chinês como uma forma de escoar tecnologia ultrapassada que não mais serviria para países desenvolvidos: no entanto, o que se verificou foi a demanda chinesa por processadores com tecnologia de ponta, e não pelo “resto” ultrapassado (RAMO, 2004).

A atratividade chinesa ao Investimento Direto Externo está diretamente associada ao fato de o país oferecer mão-de-obra barata e em abundância. Segundo Cheng e Kwan (2000), a China também oferece, por meio de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) criadas durante o governo Xiaoping (LEITE, 2011) (LIN, 2013), acesso ao mercado internacional por meio de exportações com custos menores. Assim, é economicamente mais interessante a produção em um país no qual haja baixos salários, abundância de mão-de-obra e incentivos à exportação do que em outro sem essas características.

O exemplo da *Intel* também remete ao empreendimento de Deng Xiaoping no que concerne à gradual abertura de mercado e condicionalidade do investimento externo: como verificado no capítulo anterior, as empresas estrangeiras só poderiam se estabelecer na China se abrissem mão de certos privilégios. Entre esses, a ausência de legislação que protegesse a propriedade intelectual privilegiou a pesquisa na China, que passou a aproveitar o ingresso de tecnologia externa para reproduzi-la e aperfeiçoá-la.

Por inovação, contudo, não se pretende induzir a ideia de que o empreendedorismo e a iniciativa privada são os motores do desenvolvimento chinês. A inovação a qual se refere nos parágrafos anteriores é resultado não do mérito e realização de indivíduos, mas sim de esforços coordenados do governo chinês que, por meio de um processo de abertura internacional único,

permitiu o desenvolvimento acelerado do país. Também é fruto da pesquisa e desenvolvimento beneficiados pela quebra de propriedade intelectual decorrente da entrada de empresas estrangeiras no país.

Outro ponto que remete à inovação chinesa é o fato de que a China enfrenta as crises econômicas não com “receitas de bolo”, mas sim com medidas voltadas para a resolução do problema em questão. Daí essencialmente a dificuldade de se estudar o desenvolvimento chinês: por não ser guiado por um padrão definido, tal qual uma democracia capitalista é, os planos econômicos do país são dinâmicos⁸.

O segundo aspecto do Consenso de Pequim é o controle da instabilidade – isto é, busca-se evitar a incerteza e garantir a segurança das transações econômicas, prezando pelo equilíbrio interno e externo. O foco do desenvolvimento não é quantitativo no sentido de aumentar o PIB, mas sim na qualidade de vida e na melhoria das condições sociais. Assim, a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a sustentabilidade passam a ter maior importância do que o aumento da renda *per capita*.

O desenvolvimento exponencial da economia socialista de mercado chinesa é preocupante em se tratando de sustentabilidade. Até que ponto é possível para uma sociedade suportar as contradições crescentes entre o crescimento e desenvolvimento tecnológico promovidos pela incorporação de características capitalistas – abertura de mercado e advento de capital estrangeiro – e a desigualdade resultantes do processo?

Por fim, o terceiro axioma diz respeito à autodeterminação. O processo de abertura a partir do final da década de 1970 na China não foi um sinal para a livre movimentação de capital internacional nem para a subordinação do interesse nacional aos interesses de outros Estados. A China adentrou a comunidade internacional com um posicionamento forte, de rechaço à exploração dos países mais ricos em relação aos mais pobres.

Os três pontos definidores do Consenso de Pequim não são suficientes para compreendê-lo. Li, Brødsgaard e Jacobsen (2010) realizaram uma reformulação do conceito desenvolvido por Ramo (2004) e explicado nos parágrafos acima, de modo que possa ser entendido como um contraponto ao Consenso de Washington. Os autores elencam dez pontos definidores da política de desenvolvimento chinesa, sendo eles

1. Localização das melhores práticas

⁸ É neste ponto que o sistema político chinês, por mais controverso que seja, se destaca em relação aos demais países em desenvolvimento: como não há necessidade de aprovação do Congresso para qualquer mudança substancial nas leis, essas se adequam rapidamente à necessidade da China. Nesses termos, a política econômica torna-se mais dinâmica.

2. Combinação de mercado e planejamento
3. Meios flexíveis para um fim comum – gradualismo
4. Direitos políticos
5. Ambiente político estável
6. Autoconfiança em meio à abertura de mercado
7. Inovação endógena
8. Melhoria industrial constante
9. Liberalização financeira prudente e
10. Crescimento econômico para harmonia social.

Convém uma melhor explicação de cada item – começando pelo primeiro – localização das melhores práticas: os autores se referem à característica chinesa de, a partir do processo de abertura de 1978, implantar estratégias de outros países, porém sempre as adaptando ao contexto cultural e político da China. Um exemplo disto é o socialismo: em vez de seguir à risca o modelo soviético tal qual seguiu Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping flexibilizou o regime político de modo que este não oferecesse barreiras para o desenvolvimento.

O segundo ponto diz respeito à refusa chinesa de se valer de fundamentalismos teóricos para coordenar a política econômica – nem livre mercado nem socialismo puro, a economia chinesa é mista. Conforme Xiaoping *apud* Li, Brødsgaard e Jacobsen (2010, p.302, tradução própria),

É irrelevante e errôneo debater se uma política é capitalista ou socialista: o julgamento adequado deveria ser discutir se a política oferece ‘Ajuda aos Três’, isto é, se (1) auxilia no desenvolvimento da produtividade socialista, (2) se aumenta o poder socialista de forma geral e (3) se melhora o padrão de vida do povo.^o

Assim, a China se beneficiou de determinado pragmatismo nas decisões políticas. Xiaoping e seus sucessores compreenderam os erros cometidos por Mao Tsé-Tung em procurar manter uma linha única de pensamento para a política. Em vez de seguir à risca as estratégias socialistas para desenvolvimento, procuraram utilizar estratégias que beneficiassem as três áreas citadas acima, independente de suas orientações ideológicas.

O terceiro aspecto do modelo de desenvolvimento chinês, que se refere à flexibilização dos meios para um objetivo comum, retoma as ideias do filósofo político florentino Nicolau

^o VERSÃO ORIGINAL: it was meaningless and misleading to debate whether a policy is capitalist or socialist; the final judgment should be ‘the Three Helpful’, i.e., whether such a policy is helpful for developing socialist productivity, for enhancing socialist comprehensive national power, for improving people’s living standards.

Maquiavel que, em **O Príncipe**, escreveu uma das mais icônicas frases da teoria política clássica: “os fins justificam os meios”. O fim, para a China, é o desenvolvimento; os meios são as diferentes e, às vezes adversas, políticas empregadas para alcançá-lo. Por exemplo, a abertura de mercado é contraditória com o protecionismo chinês em setores estratégicos, como o de telecomunicações. Essas medidas permitiram à China se beneficiar das tecnologias estrangeiras e, ao mesmo tempo, garantir competitividade à indústria doméstica.

Apesar de parecer descrever liberdades individuais, o quarto princípio norteador do modelo de desenvolvimento chinês, “direitos políticos”, não se refere aos direitos da população em protestar e se rebelar contra o PCC. Essa característica está ligada ao fato de que a China se insere no Sistema Internacional como potência soberana e, assim o sendo, prega por ter suas decisões respeitadas – principalmente naquilo que tange o ambiente doméstico.

Também guiada por esse princípio, a China conclama os países desenvolvidos a aceitarem a condução da política interna dos países em desenvolvimento e não exijam condições para auxiliar as nações menos favorecidas. Nesse aspecto nota-se um repúdio explícito ao Consenso de Washington que, conforme elucidado anteriormente, afirmava que o desenvolvimento somente chegaria com a adoção de medidas ultra liberalizantes na economia.

Ademais, esse posicionamento chinês encontra respaldo em teorias críticas de políticas ortodoxas promovidas por países desenvolvidos: Chang (2002) afirma que organizações internacionais, como OMC, e países, como Estados Unidos e Alemanha, ao exigirem que os países mais pobres eliminem suas barreiras comerciais e adotem políticas liberais no comércio internacional, estão essencialmente “chutando a escada” do desenvolvimento. Afinal, esses países em algum momento se valeram de medidas protecionistas para fomentar a indústria doméstica e melhorar a economia.

Na esfera doméstica, os dois princípios seguintes – ambiente político estável e autoconfiança em meio à abertura de mercado – são de fundamental importância para a China. Li, Brødsgaard e Jacobsen (2010) apontam que o crescimento acelerado chinês somente foi possível devido à estabilidade política decorrente da existência de um partido único e de um regime coeso. Apesar da abertura de mercado e maior grau de liberdade na economia, o sistema político chinês permaneceu essencialmente o mesmo.

Lai (2010, p.826) aponta que o PCC construiu uma política de “autoritarismo voltado ao crescimento”. Isso significa que a legitimidade para repressão política é advinda do bem-estar promovido pela gestão autoritária do governo. Até o final da década de 1990, por exemplo, não havia sido proclamado um discurso oficial no qual o governo assumisse seguir a constituição chinesa (SHI *apud* LAI, 2010). Mesmo assim, o discurso é distante da prática: a

China encontrava-se, em 2010, na 69^a posição no *ranking* internacional de independência jurídica¹⁰ – isso demonstra que a justiça ainda sofre interferência constante da política. No caso da China, como o PCC detém o monopólio de poder e influência sobre o legislativo e judiciário.

Mesmo com as adversidades postas pelo ambiente político manipulado e corrupto (KOBAYASHI; BAOBO; SANO, 1999) (RAMO, 2004) (LAI, 2010) (LI; BRØDSGAARD; JACOBSEN, 2010), a população chinesa sempre foi levada a acreditar em seu potencial pelo governo. Desde a época de Mao Tsé-Tung, o potencial produtivo e sagacidade do chinês médio é exaltado. Essa mentalidade é, segundo autores como Donnithorne (1972), Ramo (2004) e Li, Brødsgaard e Jacobsen (2010), a razão pela qual a China permaneceu crescendo em momentos de crise, como na retirada do apoio soviético na década de 1960, a fome resultante do Grande Salto Adiante e a crise política do massacre na Praça Celestial, em Tiananmen, 1989.

Donnithorne (1972) exemplifica a questão da autoconfiança chinesa na área de agricultura referindo-se ao exemplo da pequena vila de Hsiyang hsien, em Shansi. Essa localidade possuía geografia acidentada, dificultando o cultivo de terreno. Para complementar a condição adversa, a região também era extremamente pobre. Se fosse administrada segundo os princípios puramente socialistas, muito provavelmente empobreceria mais ou permaneceria como está. A liderança chinesa da região, nominada de Brigada de Produção Tachai, construiu um sistema de irrigação inovador e nivelou o terreno para que a produção agrícola prosperasse.

Em suma, o desenvolvimento agrícola de Hsiyang hsien foi possibilitado não somente por Estado interveniente, mas também pela presença de espírito dos próprios chineses habitantes da região, que motivados pelos discursos promotores de autoconfiança, encontraram uma solução para seus problemas. E essa experiência se reproduziu em outras áreas, como a mina de carvão no Condado de Tungshan, Hupeh, em 1958, e o moinho na plantação de algodão de Nantung, Kiangsu, 1970 (DONNITHORNE, 1972).

A noção do chinês autossuficiente é complementada pelo princípio posterior do Consenso de Pequim tal qual elaborado por Li, Brødsgaard e Jacobsen (2010), inovação endógena. A necessidade de reduzir os custos de produção, aumentar a produtividade e solucionar os novos problemas advindos da incorporação de novas tecnologias de produção requer inovação. Essa inovação, entretanto, não pode ser sempre exógena, captada pela exploração do capital estrangeiro que adentra o país, mas sim endógena – partir da própria China.

¹⁰ É interessante também apontar que, na mesma edição do *ranking*, o Brasil estava na posição 68.

Considerando esse ponto, a China passou a investir mais desde o governo de Deng Xiaoping em educação e tecnologia. Conforme visto no capítulo quatro, a forma encontrada para industrialização e aumento de competitividade internacional foi um sistema de liberalização gradual do mercado no qual uma das características era o estabelecimento de empresas estrangeiras no país e a vinda de tecnologia de ponta, que passava a ser utilizada por empresas chinesas.

Contudo, a China também percebeu que é preciso desenvolver um sistema de inovação próprio que não consista somente na importação e transferência de tecnologia, mas também no fomento da inovação interna. Esse talvez seja o ponto mais incipiente do modelo de desenvolvimento chinês, uma vez que as iniciativas chinesas para inovação só tiveram início a partir primeira década de 2000 – é o caso do “planejamento de médio a longo-prazo para o desenvolvimento da ciência e tecnologia”, de 2006 (OCDE, 2007).

Pode-se discorrer extensamente acerca da temática da inovação para desenvolvimento da China, porém não é de escopo desta monografia focar-se apenas em um ponto do modelo de desenvolvimento chinês, e sim apresentar uma visão geral deste. O próximo princípio é o constante aperfeiçoamento da indústria nacional. Nesse aspecto, a visão chinesa se assemelha às dos demais países em desenvolvimento: o Brasil durante o governo Vargas, a Argentina sob a liderança de Perón e o Chile sob Allende.

A liberalização financeira prudente é decorrente do medo das lideranças chineses de sofrer consequências tais quais outros países em desenvolvimento sofreram com a abertura de sua conta capital. Afinal, é possível vincular a crise latino-americana no final dos anos 1970 ao aumento da taxa de juros estadunidense, uma variável financeira. Além disso, os chineses não possuem a experiência de gestão de mercados de bolsa e há o temor de perda dos recursos nacionais de alto-valor estratégico (LI, BRØDSGAARD e JACOBSEN, 2010).

O décimo e último princípio definidor do Consenso de Pequim é o crescimento econômico para harmonia social. Pode-se traçar um paralelo com o princípio de estabilidade política, pois o desenvolvimento só é possível em um ambiente político estável e essa estabilidade só é garantida pelo aumento da prosperidade do povo, que advém da melhoria das condições sociais decorrentes do desenvolvimento. É como se fosse uma bateria retroalimentada, se é permitida aqui uma pequena analogia.

Nesses termos, é possível sumarizar o modelo de desenvolvimento chinês como uma dicotomia entre liberdade de mercado e controle estatal. Por isso muitos definem a China como “economia socialista de mercado” – o Estado controla tudo na esfera política, porém na economia intervém de modo que a indústria consiga se desenvolver ante ao comércio

internacional, ou seja, a protege e realiza investimentos constantes, de acordo com Li, Brødsgaard e Jacobsen (2010). Não é possível excluir o papel da inovação no modelo, cujo valor é auferido na medida em que se entende que ela seria o motor, a condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico.

Na próxima seção, explorar-se-ão os resultados alcançados pela China com a aplicação deste modelo.

4.2. A colheita: os resultados da aplicação do Consenso de Pequim pela China

O modelo de desenvolvimento chinês, ou Consenso de Pequim, foi aplicado na China a partir do ano de 1978 por seus sucessivos governantes. Um dos axiomas mencionados anteriormente refere-se à necessidade de auferir os resultados de maneira que sejam possíveis de medir os ganhos para a sociedade como um todo. Para tal, o autor desta monografia optou pela seleção de alguns indicadores sociais para medir o desenvolvimento socioeconômico chinês, como IDH, nível de escolaridade, PIB *per capita*, etc.

A tabela (tabela 1) abaixo ilustra quão diferente é a China de outros países em desenvolvimento, através da comparação das taxas de crescimento PIBs dos líderes regionais dos países em desenvolvimento (BRICS) durante a década de 1970 e o ano de 2017. Como se pode notar, nenhum dos componentes dos BRICS teve sucesso tão marcante quanto a China no período proposto¹¹.

Tabela 2 – Taxa de Crescimento do PIB dos BRICS (%) (valores reais)

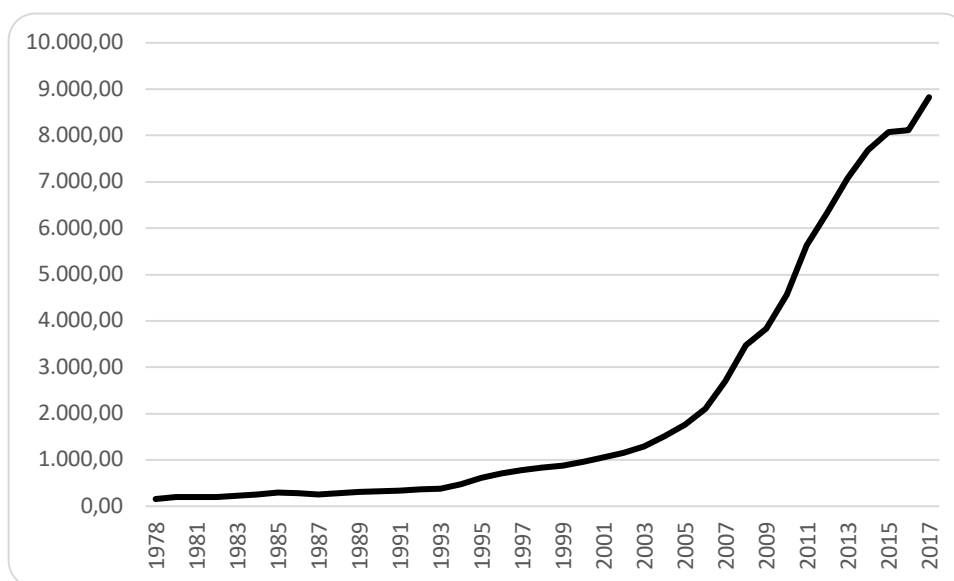
País	PIB (US\$) 1970	PIB (US\$) 2008
BRASIL	8,8	1
RÚSSIA	*	1,5
ÍNDIA	5,2	6,6
AFRICA DO SUL	5,2	1,3
CHINA	19,3	6,9

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do World Data Bank. (* dados indisponíveis – a URSS só caiu em 1989. Informações de difícil obtenção).

¹¹ Se considerarmos **apenas** o PIB como indicador de desenvolvimento. Em matéria de desenvolvimento humano – medido através do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) – Os BRICS, no geral (incluindo a China), estão muito atrás dos países desenvolvidos, como Alemanha, França e Estados Unidos. Ainda assim, a qualidade de vida dos chineses também melhorou com as políticas de abertura comercial pós-1978.

Como se pode observar no gráfico abaixo (gráfico 1), se analisada apenas a variável PIB *per capita*, ou seja, a renda total produzida no país por ano e dividida pelo seu número de habitantes, é perceptível o desenvolvimento chinês.

Gráfico 1 - Evolução do PIB per capita chinês (1978 - 2017, em US\$) (valores reais)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do World Data Bank

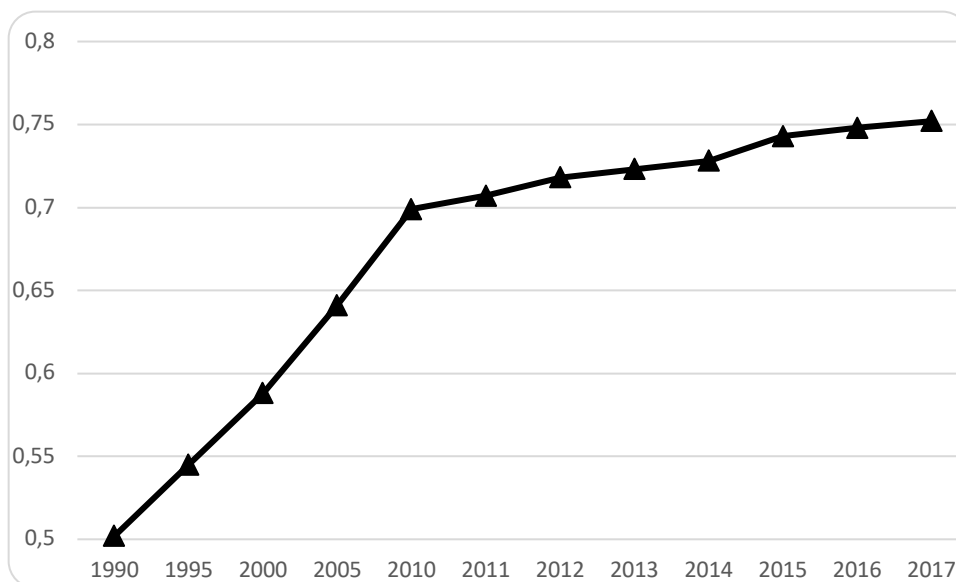
Em 1978, o chinês possuía uma renda média de aproximadamente 157 dólares anuais. Em 2017, esse valor passa a ser de quase 8.850 dólares (US\$ 8826,99). A economia fomentada pela abertura de mercado gradual e cautelosa garantiu aos empresários chineses maiores rendimentos e promoveu demanda por maior quantidade de produtos, exigindo maior mão-de-obra. A industrialização, por sua vez, exigiu maior qualificação dos empregados, o que aumentou seus salários e, por sua vez, a renda.

Ainda assim, resta uma ressalva quanto a este indicador – ele negligencia as condições de distribuição de renda do país. Em outras palavras, desconsidera-se o fato de a renda estar concentrada nas mãos de poucos ou não. Portanto, cabe ressaltar que esse gráfico revela poucos detalhes acerca da qualidade de vida dos chineses. Tem função de informar o leitor do salto de renda individual na China após a aplicação da estratégia de desenvolvimento.

De modo a entender o impacto das políticas desenvolvimentistas da China na promoção do bem-estar dos chineses e aumento da qualidade de vida, tal qual pregado pelo Consenso de Pequim, é preciso analisar sob a ótica de outro indicador, tal qual o IDH (gráfico 2). Este compreende características como expectativa de vida, taxa de mortalidade infantil, taxa de

alfabetização e o PIB *per capita* dos países e os coloca em um espectro que vai de zero a um (0 a 1), sendo melhor a maior pontuação.

Gráfico 2 - Evolução do IDH da China (1990 – 2017)

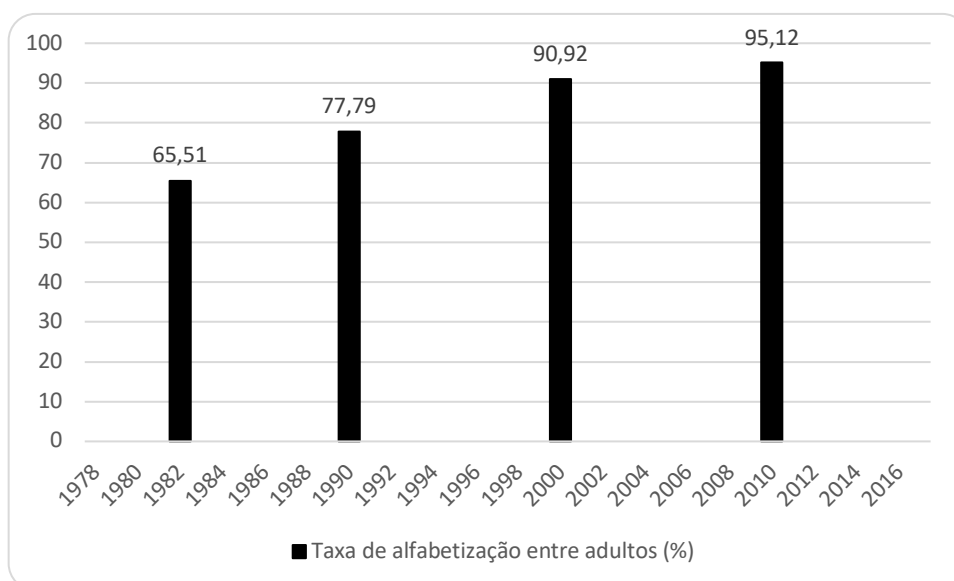


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do United Nations Development Programme

Conforme visto no gráfico anterior, há melhora no desenvolvimento humano chinês. Apesar de não estarem disponíveis dados mais antigos para realizar uma comparação com o período predecessor às reformas de Deng Xiaoping, nota-se que em 1990 o IDH vigente era de 0,545. Esse valor é semelhante a países como Egito (0,546), Tunísia (0,569) e Guiana (0,538) no mesmo ano. Em 2010, após a grande curva em ascendência vista no gráfico, a China aumentou seu IDH em mais de um décimo – 0,699 – e, em 2017, atingiu o valor de 0,752.

Isso significa que, embora seja um país cujo sistema político-econômico difira do ideal “democrático-liberal”, a China promoveu melhora na qualidade de vida a sua população. Por meio da combinação de investimento direto externo, alto investimento do Estado, políticas públicas voltadas para a redução da pobreza e melhorias no sistema educacional (MEDEIROS, 2010), o país atingiu desenvolvimento social semelhante a países como Brasil (0,759 em 2017), México (0,774 em 2017) e Colômbia (0,747 em 2017).

Em se tratando de educação, é possível perceber que houve um aumento na taxa de alfabetização (gráfico 3) entre os adultos. Os dados estatísticos sobre esse tema são escassos, porém suficientes para comprovar que os investimentos em educação decorrentes das políticas públicas para melhoria da qualidade de vida por parte do governo produziram ótimos resultados em matéria educativa.

Gráfico 3 - Taxa de alfabetização entre pessoas com mais de 15 anos (1978 – 2016) (%)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do World Data Bank

Enquanto quase metade da população era considerada analfabeta em 1982, menos de 5% o são em 2010. Isso é um salto qualitativo respeitável em termos educacionais, tendo em vista o tamanho da população chinesa e a extensão do território do país.¹² Apesar desta conquista, a China há muito a desenvolver nessa matéria, uma vez que apenas 3,6% de sua população havia concluído o ensino superior em 2010 (WORLD DATA BANK, 2018).

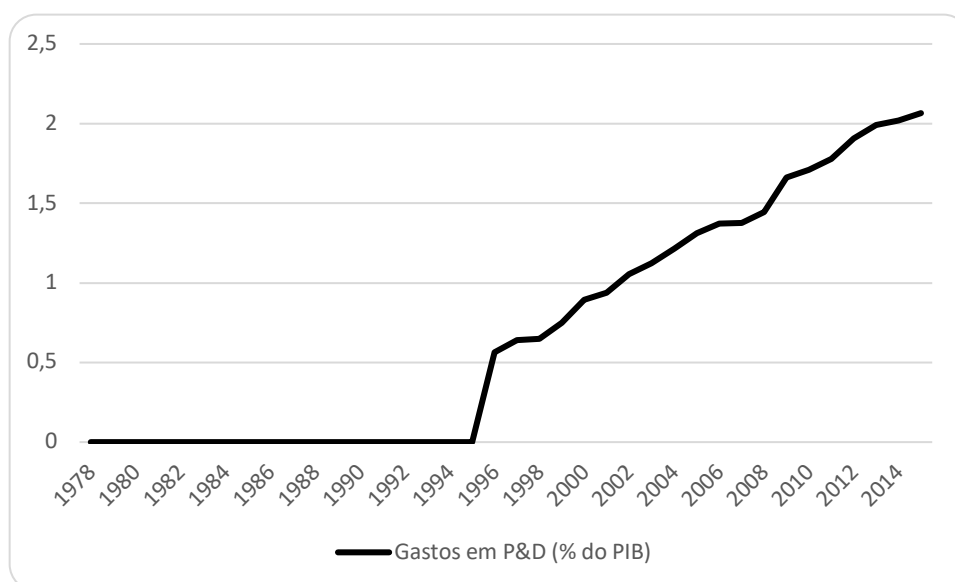
A educação também tem impacto no desenvolvimento de novas tecnologias e exploração do conhecimento científico. O processo de reformas iniciado em 1978 também significou, para a China, a absorção de tecnologia e conhecimento externo. Devido à ausência de proteção à propriedade intelectual, o país não precisou direcionar esforços para a obtenção de tecnologia de ponta; esta, por meio do estabelecimento de empresas estrangeiras no território nacional, veio a seu encontro.

Sob esta ótica, a China aproveitou o conhecimento já explorado por outros países e, como forma de aumentar sua competitividade no comércio internacional, direcionou seus esforços para aumentar a eficiência de produção. Apesar de não existirem dados disponíveis sobre os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) entre 1978 até 1995, a necessidade de aumentar a produtividade devido à concorrência internacional levou ao governo

¹² Há margem para um estudo mais complexo a respeito da educação chinesa.

e as empresas chinesas a um incremento exponencial nesta área, conforme demonstra o gráfico abaixo (gráfico 4).

Gráfico 4 - Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como % do PIB (1978 – 2014)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do World Data Bank

Considerando-se o gasto de pouco mais de 0,5% do PIB em P&D no ano de 1996, nota-se que a China tinha um discurso diferente do pregado pelo governo central inicialmente: o PIB chinês correspondia à 863.746.717,50 bilhões de dólares no mesmo ano, ou seja, em torno de 431.873.358,75 milhões foram investidos em P&D. As reformas haviam iniciado havia mais de 15 anos, portanto, era de se esperar um investimento maior no setor.

Contudo, nota-se que houve um aumento progressivo de inversões – mesmo com a crise financeira internacional de 2008, a China permaneceu aumentando o dispêndio anual na área. De acordo com o exposto nesta monografia com base em Ramo (2004) e Li, Brødsgaard e Jacobsen (2010), um dos preceitos centrais do consenso de Pequim é a inovação endógena, ou seja, aquela originada dentro do país. O aumento identificado vai de encontro à visão dos autores.

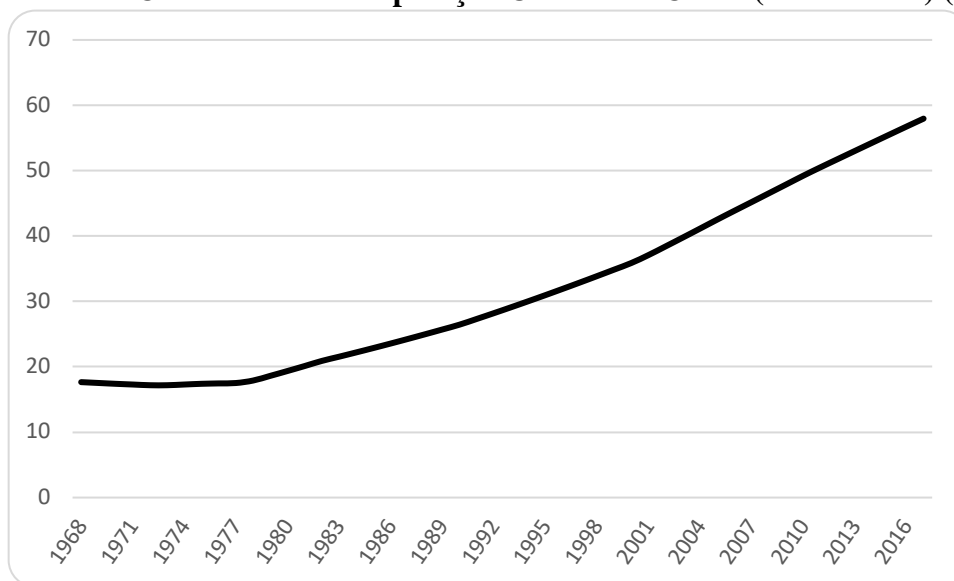
Ademais, Zhao (2016) demonstra que a China passou a atuar mais intensamente no fomento da inovação e tecnologia a partir de 2006, o que é evidenciado pelo Plano de Desenvolvimento de Médio A Longo-Prazo Para Ciência E Tecnologia (2006 – 2020). Com base neste documento, o autor auferiu que o governo chinês está buscando financiar projetos de P&D que a tornem mais autossuficiente no sistema internacional e ofereçam tecnologia tão desenvolvida quanto as idealizadas e criadas em países centrais.

O documento analisado pelo autor divide a autossuficiência em tecnologia e inovação em três grandes passos majoritários. O primeiro passo consiste em alcançar justamente os pontos abordados no parágrafo anterior (maior autossuficiência e China inovadora); o segundo, por sua vez, é fazer com que a China se posicione na vanguarda das nações inovadoras no sistema internacional até 2030. O terceiro e último passo, por outro lado, torna a China um dos mais importantes centros tecnológicos e inovadores do mundo até 2050.

Essas conquistas serão atingidas pela China por meio da reformulação completa do sistema de inovação e maior financiamento à P&D por parte do Estado, pois no momento os investimentos no setor são feitos majoritariamente por empresas multinacionais ou entidades privadas (ZHAO,2016).

A questão da urbanização na China também é relevante. Como demonstrado no gráfico na página a seguir (gráfico 5), a relação entre população rural e urbana se modificou fortemente. No início da década de 1970, mais de 80% da população morava no campo. Contudo, a partir de 1978, nota-se uma intensificação no percentual da sociedade vivendo em meios urbanos. Diferentemente dos países latino-americanos, nos quais o êxodo rural era uma realidade, a crescente mecanização das técnicas agrícolas aliada às reformas iniciadas por Deng Xiaoping em 1978, urbanizaram a China. Neste sentido, o movimento inverso àquele dos países latino-americanos foi efetuado – em vez de o campo ir à cidade, a cidade se expandiu ao campo.

Hou (2014) entende que a propriedade funciona de maneira mista na China: tanto na cidade quanto no campo, a população não pode comprar terras. Essas pertencem ao Estado que, por meio de contratos com duração finita, garantem ao cidadão o direito de propriedade, de transferência e de renda sobre o imóvel (caso seja rural ou comercial). Por exemplo, no meio urbano, a pessoa que deseja comprar um imóvel tem direitos sobre ele por 70 anos, e não mais que isso.

Gráfico 5 - Crescimento da População Urbana na China (1968 – 2017) (%)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do World Data Bank

4.3 Um modelo não-reprodutível

Mesmo sendo entendido como Consenso, o modelo de desenvolvimento chinês não foi criado como uma série de recomendações que poderiam ser empregadas por outros países em desenvolvimento. Diferentemente do que houve em relação ao Consenso de Washington, definido por seu criador, John Williamson, como uma “lista de dez reformas econômicas específicas [...] desejadas em todos os países da América Latina” (WILLIAMSON, 2004, p. 1)¹³, o conceito de Consenso de Pequim foi criado com o intuito de demonstrar como a China cresceu em taxas tão desconformes com o resto do mundo a partir do início do processo de abertura em 1978.

Na próxima seção deste capítulo, demonstrar-se-ão as razões pelas quais o modelo de desenvolvimento chinês não funciona em outro país.

Como visto acima, o Consenso de Pequim é a forma encontrada por acadêmicos de explicar a estratégia de desenvolvimento chinesa a partir da abertura de mercado no final da década de 1978. No entanto, essa definição implicaria que outros países em desenvolvimento também poderiam se beneficiar do modelo chinês. Não é tão simples – aplicar as estratégias chinesas em outros países seria negligenciar as especificidades que permitiram seu funcionamento em primeiro lugar.

¹³ VERSÃO ORIGINAL: “A list of ten specific economic reforms [...] desirable in about just all countries in Latin America”.

O quarto capítulo demonstrou que a combinação de a reforma agrária, redistribuição de terras, controle estatal e auxílio da União Soviética durante o regime totalitário de Mao Tsé-Tung permitiram à China assentar as bases do seu processo modernizante/industrializante. Tomando como base a necessidade de uma reforma agrária para um modelo desenvolvimento nos moldes do chinês, muitos países já seriam eliminados da lista. No Brasil, por exemplo, apesar de muito discutida, a reforma agrária parece não ter grande apoio político para ser efetuada (SILVA, 1991).

Além da necessidade de reforma agrária, o modelo de desenvolvimento chinês se beneficia do gradualismo empregado de abertura de mercado iniciada por Deng Xiaoping em 1978. Como indica Hou (2014, p.63),

Uma área que define a reforma gradualista da China em contraste com a “terapia de choque” adotada em antigos membros da União Soviética e do Leste Europeu está na **sua economia mista, que combina setores estatais e não-estatais e formas diferentes de propriedade** (incluindo a estatal, coletiva, joint ventures, privada e estrangeira), e rotulada pelo Estado chinês como a economia socialista de Mercado. (Grifo nosso).¹⁴

A abordagem empregada pela China na década de 1980, de criar um regime de propriedade mista no qual o público e o privado se misturam, é uma das razões para o bom funcionamento do seu modelo de desenvolvimento. Entretanto, ressalta-se que o direcionamento dos investimentos privados é ditado pelo governo – em nenhum momento nega-se o caráter estatal da economia chinesa; pelo contrário, é justamente essa característica que permitiu seu desenvolvimento.

Mais uma vez, dificilmente outros países em desenvolvimento se encaixariam neste requisito. As economias latino-americanas assoladas pela crise da dívida externa na década de 1980 estavam recém se recuperando de um período negro de sua história¹⁵ e os governos democráticos eram muito jovens. A população não demonstrava interesse algum por maior poder ao Estado, uma vez que passaram por período de repressão no qual as liberdades civis foram questionadas e o direito à livre expressão foi negado. É notável, portanto, a diferença de

¹⁴ VERSÃO ORIGINAL: One area that defines China’s gradualist reform in contrast to the “shock therapy” adopted by the former Soviet Union and East European countries is **its mixed economy, which combines state and non-state sectors and different forms of ownership** (including state, collective, joint ventures, private, and foreign), and is labelled by the Chinese state as the socialist market economy

¹⁵ A “Ameaça Vermelha” no continente americano durante os anos críticos da Guerra Fria (1950s e 1960s) acarretou na ascensão de ditaduras militares nos países latino-americanos. Os exemplos mais notáveis são a ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985), a chilena (1973 – 1990) e argentina (1976 – 1983).

países que já possuíram certa experiência democrática de outros, como a China, cuja grande maioria da população nunca teve acesso à livre expressão de pensamento¹⁶

Ademais, o endividamento externo decorrente da estratégia de desenvolvimento empregada pelos países latino-americanos a partir da década de 1960, aliado aos problemas estruturais de desemprego e inelasticidade de oferta agrária denunciados por teóricos cepalinos de acordo com o exposto no capítulo 2, são fatores com os quais a China não precisou se preocupar – a reforma agrária empreendida por Mao Tsé-Tung eliminou qualquer oligarquia rural existente (apesar de efetuada de forma violenta e criminosa), e a China tinha um modelo de desenvolvimento soviético anteriormente às reformas, focado no planejamento estatal.

Hou (2014) denota que a China segue seu próprio e único modelo de desenvolvimento, que entra em total contradição com o Consenso de Washington, marcado por princípios neoliberais. Para o autor, o país conseguiu crescimento econômico sem privatização, burocracia do mercado e da hierarquia funcional, e não prejudicial e; interesses plurais administrados por um Estado autoritário. Essa afirmação vai de encontro àquilo que foi trabalhado nesta monografia até então.

Finalmente, cabe a explicação do que garantiu tamanha autonomia para a China no que tange ao emprego de uma série de ferramentas econômicas heterodoxas para a resolução de seus problemas, como interferência ativa do Estado na economia, adoção de um regime político não-democrático e a coordenação político-social efetuada não pelos valores liberais exaltados pelas recomendações do Consenso de Washington, mas sim por um conjunto de princípios condizentes com sua história e condução política próprias.

A autonomia chinesa em relação a influência de outros atores, tanto estatais (como Estados Unidos) quanto não-estatais – como instituições financeiras internacionais – na condução da política econômica se dá sobretudo por dois motivos – o primeiro, já explicado no decorrer do trabalho, é a existência de mão-de-obra barata e em grande quantidade, atraindo atenção de empresas multinacionais, que buscam recorrentemente a redução dos custos de produção.

O segundo ponto diz respeito às relações entre Estados Unidos e China. Conforme demonstrado por Arienti (2013), o dólar encontra-se no topo da hierarquia monetária internacional, o que é representativo de sua posição em termos de poder no sistema

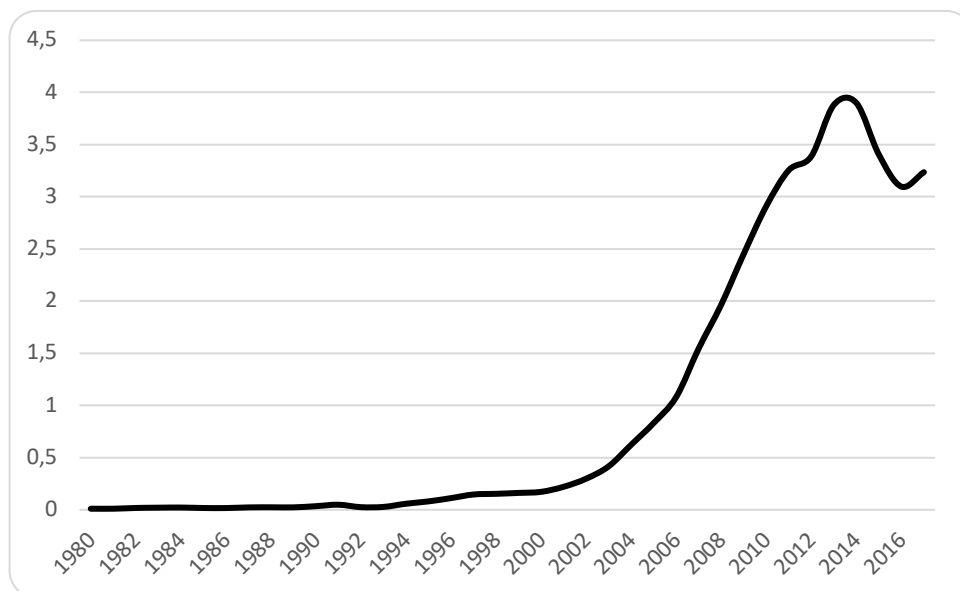
¹⁶ A questão da liberdade de expressão na China é controversa. Apesar da Constituição Chinesa de 1932 defender a liberdade dos cidadãos chineses, no ponto de vista prático se verifica censura de internet e repressão a movimentos contrários ao regime, como o ocorrido na Praça da Paz Celestial em Tiananmen, em 1989. Para maiores informações, ver Tomiyoshi (2011), disponível em <<http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosdireito/index.php/direito/article/viewFile/607/571>>

internacional. Essa posição confere ao país emissor, ou seja, os Estados Unidos, autonomia total na condução da sua política econômica, já que “Apenas o país emissor da moeda global pode adiar os custos econômicos e políticos do ajuste interno ao desequilíbrio externo, uma vez que ele pode financiar seu déficit externo com a sua moeda doméstica” (ARIENTI, 2013, p.5).

Nesses termos, entende-se que outros países, sobretudo os periféricos, têm sua autonomia econômica reduzida em virtude de suas moedas serem não-conversíveis¹⁷. Dessa forma, crises como as enfrentadas pelas economias latino-americanas na década de 1980 são inevitáveis, já que esses países estão inseridos em um mundo cuja mobilidade de capitais e finanças é uma realidade da qual não é possível escapar. A partir dessa realidade, Arienti (2013) explica que esses atores, buscando maior autonomia econômica, optaram por acumular reservas internacionais em dólar nos bancos centrais.

No pensamento da autora, quanto maior a reserva internacional em dólar de um país, maior o nível de autonomia que este possui para a condução de sua política econômica. No caso da China, as reservas internacionais cresceram exponencialmente após a abertura comercial de 1978 e sobretudo a partir do início do século XXI, conforme demonstra o gráfico a seguir (gráfico 6):

Gráfico 6 - Reservas internacionais da China (em trilhões de US\$) – valores reais



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do World Data Bank

¹⁷ Uma moeda deve cumprir três funções básicas, de acordo com Cohen apud Arienti (2013): meio de troca; unidade de conta; e reserva de valor.

Essa acumulação de reservas internacionais por parte da China só foi possível por causa das relações econômicas entre ela e Estados Unidos. Segundo dados do Observatório de Complexidade Econômica, a maior parte das importações do último é proveniente do primeiro. Adicionalmente, a China mantém superávit devido ao fato de suas exportações serem maiores que suas importações.

Arienti (2013) denota que o acúmulo de reservas internacionais só é possível pelo fato de que os Estados Unidos têm um déficit em conta corrente, ou seja, endividam-se externamente. Os bancos centrais dos países que mantêm reservas internacionais em dólar - inclusive a China - estão, portanto, “oferecendo crédito à economia” (p.7) estadunidense. Conforme demonstrado no gráfico acima, aufere-se que a China é a maior credora da economia dos Estados Unidos.

Esse status confere à China maior autonomia na condução de sua economia, porém possui custos, de acordo com Arienti (2013). Em primeiro lugar, a moeda local passa a ser valorizada, afetando a competitividade das exportações. Em segundo lugar, as reservas internacionais normalmente são aplicadas em títulos da dívida pública dos EUA, que conferem baixa rentabilidade.

Assim, deixa-se claro que, além da existência de mão-de-obra em abundância e produção barateada, a China se posiciona de forma mais autônoma no sistema internacional graças à posse do maior contingente de dólares como reserva internacional. Com isso, exerce um papel de credora para com os Estados Unidos, que financiam sua dívida externa por meio de sua moeda, o dólar. Arienti (2013) ressalta que, no longo prazo, essa conjuntura é passível de mudança, porém no horizonte próximo, essa situação dificilmente sofrerá alteração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia buscou demonstrar uma nova perspectiva ao caso de desenvolvimento chinês. Em vez de tentar encaixá-lo em um modelo de desenvolvimento pronto tal qual os expostos no capítulo dois, buscou-se, por meio de uma literatura ainda incipiente, defini-lo como uma contraposição ao Consenso de Washington, assim denominando-o Consenso de Pequim.

Esta definição já utilizada por Ramo (2004) no início da década de 2000 e aperfeiçoada por Li, Brødsgaard e Jacobsen (2010) é uma forma de demonstrar que a China entendeu, ainda na segunda metade do século XX, a necessidade de buscar soluções diferentes daquelas entendidas pelos países desenvolvidos como “ideais”. Esse, conforme visto nos capítulos três e quatro, foi o diferencial necessário para que o desenvolvimento ocorresse de forma mais bem-sucedida do que em outros locais.

Ainda assim, devido à breve revisão teórica sobre modelos de desenvolvimento efetuada no capítulo dois, é preciso ter cautela ao afirmar que o caso da China pode ser reproduzido em outros países. De acordo com o que foi exposto no decorrer deste trabalho, as economias latino-americanas foram estruturadas de maneira muito diferente da chinesa. Adicionalmente, foi possível esclarecer que a utilização de práticas “*one size fits all*” como as propostas pelo Consenso de Washington servem, antes de tudo, para satisfazer os interesses de poderosos, e não de fato desenvolver uma economia em estado de subdesenvolvimento.

A China, conforme visto no capítulo três, foi regida pelo governo autoritário de Mao Tsé-Tung. O grande destaque deste período foi a reforma agrária de grandes proporções, que quebrou com qualquer possibilidade de formação de alguma oligarquia rural e garantiu uma distribuição igualitária de terras entre a população do campo. Ademais, por meio da criação do sistema de comunas, Mao Tsé-Tung deu início ao processo de descentralização do controle burocrático-estatal, porém com resultados desastrosos à população devido à falta de coordenação entre esses pequenos organismos estatais. O legado de seu governo foi a fome e a miséria, porém por outro lado, um país semi-industrializado.

A grande mudança se deu a partir do governo de Deng Xiaoping, em 1978. Entendendo a ineficiência gerada pela utilização exclusiva do modelo de desenvolvimento soviético, mas também verificando os problemas causados pelo capitalismo de livre-mercado, optou por abrir as portas da China em um processo de longa duração e gradual. É nesse ponto que se dá início ao Consenso de Pequim.

A utilização de estratégias elaboradas para a realidade do país permitiu à China maiores ganhos em termos de desenvolvimento humano para sua população. Com foco no desenvolvimento social, notou-se, conforme os gráficos do capítulo quatro, uma melhoria substancial em educação, qualidade de vida e renda *per capita*. Os chineses, apesar de não terem liberdade no sentido ocidental da palavra, se beneficiaram das estratégias utilizadas por seus governantes.

Ainda, os investimentos crescentes em inovação transformaram a economia chinesa. Se, em 1978, a dependência produtos externos era uma realidade, em 2017 passa a ser uma distante época – a industrialização foi bem-sucedida na China. Mesmo ainda sendo exportadora de produtos primários, a medida iniciada por Deng Xiaoping de permitir a entrada de capital estrangeiro somente sob a condição de compartilhamento de informações garantiu à potência asiática (sim, potência!) vantagem em relação aos demais países em condições de subdesenvolvimento, pois assim explorava tecnologia de ponta disponível diretamente em seu território.

Adicionalmente, foi possível constatar que a autonomia chinesa para a condução de suas políticas econômicas está atrelada ao seu status de detentora da maior parcela de dólares do sistema internacional em suas reservas internacionais. Isso conferiu à China uma posição de credora dos Estados Unidos, cujas importações e investimentos são primariamente realizados no país.

Em resumo, pode-se dizer que o objetivo geral foi alcançado com sucesso – O Consenso de Pequim foi definido de modo a ressaltar as especificidades chinesas, demonstrando sua inaplicabilidade a outros países. Os objetivos específicos foram conseqüentemente atingidos – os fundamentos do modelo de desenvolvimento chinês foram trabalhados no capítulo quatro.

Entretanto, alguns tópicos não foram trabalhados por esta monografia, e isto é reconhecido pelo autor. A questão da corrupção inerente ao Partido Comunista Chinês e o sistema de incentivos a determinadas empresas em detrimento de outras não fornece um sistema totalmente transparente como apontado pelos teóricos do Consenso de Pequim. Isso pode ser fruto de pesquisa futura.

Outro assunto dentro da temática do desenvolvimento chinês não trabalhado é o papel das mulheres na sociedade e na política chinesa, e se sua condição melhorou com a aplicação das propostas do Consenso de Pequim. Nunca foi um dos objetivos deste trabalho, porém é motivo de curiosidade do autor para um possível empreendimento acadêmico.

REFERÊNCIAS

- ARIENTI, Patricia F. F. O dólar como moeda internacional e os limites da autonomia de política econômica dos Estados Unidos. **Meridiano** 47, v.14, n.140, 2013. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/9490/7382>> acesso em 20/11/2018.
- AMARO, R. R. Desenvolvimento: Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, 4, pp. 35-70, 2004.
- CEPAL. **Estudio Economico de America Latina y el Caribe 1991**. Santiago, Chile, 1992.
- COHEN, Benjamin J.. **International Political Economy: An Intellectual History**. New Jersey: Princeton University Press, 2008. 197 p.
- CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes da; OLIVEIRA, Cíntia Gonçalves de; SOUZA, Dércio Bernardes de. Rostow e os estágios para o desenvolvimento. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. (Org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Ufrgs, 2016. Cap. 1. p. 11-16. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2018.
- DONNITHORNE, Audrey. China's Cellular Economy: Some Economic Trends since the Cultural Revolution. **The China Quarterly**, Cambridge, v. , n. 52, p.605-619, out. 1972. Trimestral. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/652286?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 12 out. 2018.
- FERREIRA, Bárbara; RAPOSO, Rita. Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento: Um Roteiro Crítico. **Cadernos de Estudos Africanos**, [s.l.], n. 34, p.113-144, 29 dez. 2017. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/cea.2293>. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cea/2293>>. Acesso em: 27 out. 2018.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O Processo de Substituição de Importações. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003. Cap. 11. p. 1-53. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/sites/default/files/pedrofonseca/files/o_processo_de_substituicao_de_importacoes.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.
- FRANÇA, Adelmo M. Os modelos de crescimento e de desenvolvimento econômico e sua aplicabilidade nas economias regionais não desenvolvidas. **Lumen Et Virtus**, Embu-Guaçu, v. 3, n. 6, p.81-122, jan. 2012. Disponível em: <http://www.jackbran.com.br/lumen_et_virtus/numero_6/PDF/MODELOS%20DE%20CRESCIMENTO%20E%20DE%20DESENVOLVIMENTO.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento** (1961). 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura. 1963.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada**: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. UNESP, São Paulo. 2004. Tradução de: Luiz Antônio Oliveira de Araújo.

CHENG, Leonard K.; KWAN, Yum K.. What are the determinants of the location of foreign direct investment? The Chinese experience. **Journal Of International Economics**, [s.l.], v. 51, n. 2, p.379-400, ago. 2000. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0022-1996\(99\)00032-x](http://dx.doi.org/10.1016/s0022-1996(99)00032-x). Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S002219969900032X>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

CONCA, James. The effects of Trump's steel tariffs on red state energy. **Forbes**, 02/06/2018. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/jamesconca/2018/06/02/the-effects-of-trumps-steel-tariffs-on-red-state-energy/>> acesso em 14/08/2018, às 15 horas

COX, R. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium** 10 (2), 126–155, 1981

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. 6a. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENSTEIN, Sérgio. **A dívida externa brasileira - 1964/1983: evolução e crise**. Rio de Janeiro, 1986. Ed. Guanabara.

GORE, Charles. The Rise and Fall of the Washington Consensus as a Paradigm for Developing Countries. **World Development**, [s.l.], v. 28, n. 5, p.789-804, maio 2000. Elsevier BV. Disponível em: < [http://dx.doi.org/10.1016/s0305-750x\(99\)00160-6](http://dx.doi.org/10.1016/s0305-750x(99)00160-6)>. Acesso em: 01 nov. 2018.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. **Diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado**. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Ufscar, São Carlos, 2011. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201204271844510.Dissertacao%20-%20Rafael%20Goncalves%20Guimiero.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2018.

HOU, Xiaoshuo. Dissecting China's Rise: Controversies over the China Model. **China Perspectives**, Hong Kong, v. 2, n. 1, p.61-67, jun. 2014. Semestral.

JIN, Songqing et al. The Creation and Spread of Technology and Total Factor Productivity in China's Agriculture. **American Journal of Agricultural Economics**, Oxford, v. 4, n. 84, p.916-930, nov. 2002. Bimestral. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1244735>>. Acesso em: 18 out. 2018.

JULIÃO, L. G. Após choque do petróleo, juros sobem nos EUA – América Latina vive crise da dívida. **O Globo**, 14/10/2016. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/apos-choque-do-petroleo-juros-sobem-nos-eua-america-latina-vive-crise-da-divida-20272880>> acesso em 14/08/2018, às 16 horas

KOBAYASHI, S.; BAOBO, J.; SANO, J.; The “Three Reforms” in China: Progress and Outlook. **Sakura Institute of Research. Inc.** v.1 no. 45, Sep. 1999. Disponível em <<https://www.jri.co.jp/english/periodical/rim/1999/RIMe199904threereforms/>> acesso em 14/08/2018, às 17 horas.

LEITE, Alexandre César Cunha. **O projeto de desenvolvimento econômico chinês - 1978-2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos.** 2011. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Puc-sp, São Paulo, 2011.

LI, Xin; BRØDSGAARD, Kjeld Erik; JACOBSEN, Michael. Redefining Beijing Consensus: ten economic principles. **China Economic Journal**, [s.l.], v. 2, n. 3, p.297-311, 4 mar. 2010. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/17538960903529535>. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17538960903529535>>. Acesso em: 16 set. 2018.

MADDISON, A.; WU, H. X. China’s economic performance: how fast has GDP grown; how big is it compared with the USA? **Papers**, Center for International Comparisons at the University of Pennsylvania, 2007. Disponível em: <<http://pwt.econ.upenn.edu/papers/Maddison-Wu%20%28Harry%27s%20draft%20version%2029%20Jan%2007%29.pdf>>. Acesso em: 31/08/2018

MEDEIROS, C.A. China entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, J.L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. **Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/artigos/medeiroschina.pdf>>. Acesso em: 29 outubro 2018.

MILARÉ, Luís Felipe Lopes; DIEGUES, Antônio Carlos. Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.359-378, ago. 2012. Trimestral.

NURKSE, R. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos (1952)**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1957.

OCDE. **OECD reviews of innovation policy: China – synthesis report**. Paris: OCDE, 2007.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2a. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

RAMO, Joshua Cooper. **The Beijing Consensus**. Londres: The Foreign Policy Centre, 2004. 74 p.

PORTELLA FILHO, Petrônio. O Ajustamento na América Latina: Crítica ao Modelo de Washington. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s.l.], n. 32, p.101-132, abr. 1994. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64451994000100007>.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, ano 3, n° 3, setembro. 1949.

RIBEIRO, Flávio Diniz. **Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico: Um manifesto não-comunista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. 192 p. Tradução de: Octavio Alves Velho.

RUIZ, R. **Polarizações e desigualdades: desenvolvimento regional na China (1949-2000)**. Belo Horizonte: UFMG/Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2006

SILVA, José Gomes da. “A Reforma Agrária no Brasil”. **Il diritto ala terra**. Itália: Università de Macerata, Itália, em maio de 1991. Disponível em <<http://www.mstemdados.org/sites/default/files/a%20questao%20agraria%206%20-.pdf#page=197>> acesso em 05/10/2018, às 15 horas.

SILVA, Maria Abádia da. O Consenso de Washington e a Privatização na Educação Brasileira. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 21, p.255-264, jan. 2005. Semestral. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1935/193517360006/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

WILLIAMSON, John. “The Washington Consensus as Policy Prescription for Development”. **Practioners of Development**. Estados Unidos: World Bank, em 13 de janeiro de 2004.

WORLD DATA BANK. **Indicadores de Desenvolvimento Mundiais (1960 – 2017)**. World Data Bank, 2018. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/source/world-development-indicators>> acesso em 20/08/2018.

ZHAO, Litao. China’s Innovation-Driven Development under Xi Jinping. **East Asian Policy**, [s.l.], v. 08, n. 04, p.55-68, out. 2016. World Scientific Pub Co Pte Lt. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1142/s1793930516000404>> acesso em 20/10/2018, às 19 horas.